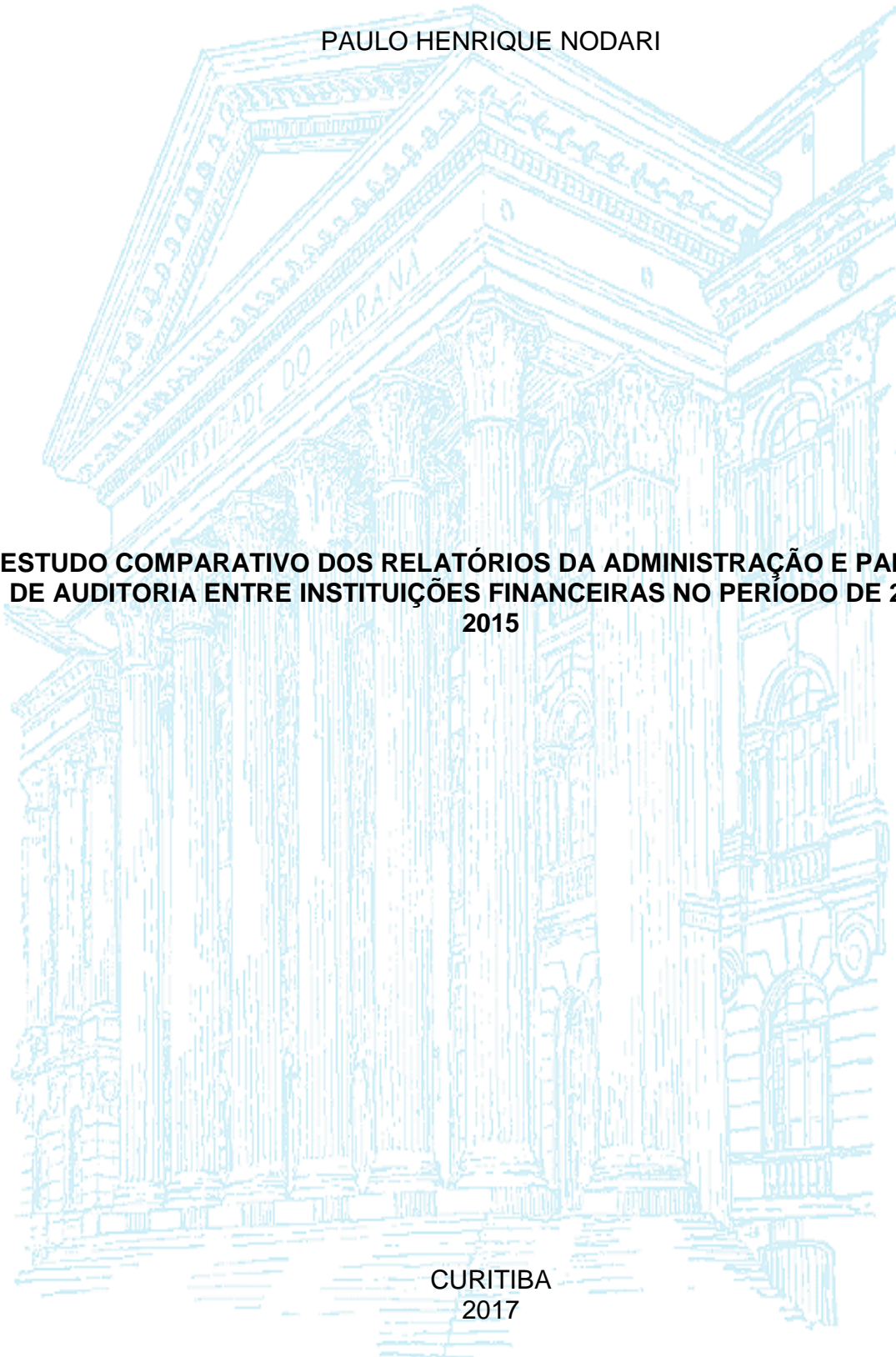


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO HENRIQUE NODARI

**ESTUDO COMPARATIVO DOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E PARECER  
DE AUDITORIA ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO PERÍODO DE 2010 A  
2015**

CURITIBA  
2017



PAULO HENRIQUE NODARI

**ESTUDO COMPARATIVO DOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E PARECER  
DE AUDITORIA ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO PERÍODO DE 2010 A  
2015**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio Cezar Severo Peixe

CURITIBA  
2017

## TERMO DE APROVAÇÃO

PAULO HENRIQUE NODARI

ESTUDO COMPARATIVO DOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E PARECER DE AUDITORIA ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO PERÍODO DE 2010 A 2015

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em MBA Auditoria Integral, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Blênio Cezar Severo Peixe  
Orientador – Departamento de Ciências Contábeis - UFPR

---

Prof. . . . . .  
Departamento de Ciências Contábeis

---

Prof. . . . . .  
Departamento de Ciências Contábeis

---

Prof. . . . . .  
Departamento de Ciências Contábeis

Curitiba, 13 de junho 2017.

*A todos que contribuíram para a realização do presente trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, em especial a minha esposa Virgínia Nodari, pela compreensão na ausência nos dias de sábado durante meses no ano de 2016.

Aos novos colegas, que agora considero amigos, Eduardo Longuinho, Lindomar dos Santos Silva e Rafael Flores, pelo conhecimento compartilhado durante o decorrer do presente curso.

Ao professor e orientador Blênio Cezar Severo Peixe, pela dedicação e empenho para com a UFPR, em especial ao departamento de Ciências Contábeis, para que continue se realizando a cada ano, o curso de MBA em Auditoria Integral.

Ao professor Ivonaldo Brandani Gusmão, da Universidade Estadual do Centro Oeste, pelo apoio e orientação quando da escolha do tema para a elaboração desta monografia.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização do presente trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho, busca evidenciar de forma comparativa, se há divergência ou não entre as informações disponíveis nos relatórios de administração e nos pareceres de auditoria das cinco maiores instituições financeiras do Brasil no período de 2010 a 2015, sejam elas públicas ou privadas. Foi realizado um estudo bibliográfico a respeito do tema auditoria, auditoria interna e relatórios de administração. Trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e qualitativa. Evidencia-se uma pesquisa dedutiva aplicada, em que os dados utilizados classificam-se como secundários, e, por serem dados passados caracteriza-se como uma pesquisa *ex-post-facto*. Também se elencou as instituições financeiras que são objeto do estudo, além de conhecer o porquê de tais instituições financeiras serem obrigadas a demonstrar seus resultados ao mercado e o porquê de suas demonstrações financeiras e contábeis serem auditadas. Os dados tanto de relatório de administração, quanto de parecer de auditoria foram obtidos junto à seção de relação com investidores, disponibilizadas pelas instituições financeiras na internet. Ao concluir-se a leitura dos relatórios de administração e auditoria compararam-se ambos e evidenciou-se ampla concordância para as informações expostas ao mercado pelas instituições financeiras e empresas de auditoria independente que validaram os dados.

Palavras-chave: instituição financeira, relatório administração, parecer auditoria.

## **ABSTRACT**

The present paper seeks to show, in a comparative way, whether or not there is a discrepancy between the information available in the management reports and in the audit opinions of the five largest Brazilian financial institutions in the period from 2010 to 2015, whether public or private. A bibliographic study was carried out on the subject of auditing, internal auditing and management reports. It is a descriptive, documentary and qualitative research. An applied deductive research is evidenced, in which the data used are classified as secondary, and because they are past data, it is characterized as an ex-post facto research. It also listed the financial institutions that would be the subject of the study, as well as knowing why these financial institutions are obliged to demonstrate their results to the market, why their financial statements and accounts are audited. The data of both management report and audit opinion were obtained from the investor relations section, made available by financial institutions on the Internet. At the end of reading the management and audit reports both were compared and there was ample agreement for the information exposed to the market by financial institutions and independent auditors that validated the data.

Key words: financial institution, management report, audit opinion.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FLUXO DA REALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	48
---	----



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO BB .....	49
QUADRO 2 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO ITAÚ UNIBANCO .....	52
QUADRO 3 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO BRADESCO .....	55
QUADRO 4 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL....	60
QUADRO 5 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO SANTANDER .....	64
QUADRO 6 - RELATÓRIO DE AUDITORIA BB.....	68
QUADRO 7 - RELATÓRIO DE AUDITORIA ITAÚ UNIBANCO .....	71
QUADRO 8 - RELATÓRIO DE AUDITORIA BRADESCO .....	72
QUADRO 9 - RELATÓRIO DE AUDITORIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL .....	73
QUADRO 10 - RELATÓRIO DE AUDITORIA SANTANDER .....	82

## LISTA DE ABREVIATURAS

ART - Artigo

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil S.A

BNH – Banco Nacional de Habitação

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

FBB – Fundação Banco do Brasil

FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIB – Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA .....	13
1.2. OBJETIVOS.....	15
1.3 JUSTIFICATIVAS .....	15
<b>2.REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>16</b>
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	16
2.1.1 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional .....	17
2.1.1.1 Obrigatoriedade da Evidenciação ao Mercado .....	17
2.1.2 Aspectos Gerais das Cinco Maiores Instituições Financeiras do Brasil.....	19
2.1.2.1 Banco do Brasil S.A.....	19
2.1.2.2 Itaú Unibanco.....	20
2.1.2.3 Bradesco.....	21
2.1.2.4 Caixa Econômica Federal.....	22
2.1.2.5 Santander Brasil.....	24
2.2 CONCEITO DE AUDITORIA .....	26
2.3 DEFINIÇÃO DE AUDITORIA.....	27
2.4 OBJETO E FINS DA AUDITORIA .....	28
2.5 AUDITORIA COMO TÉCNICA CONTÁBIL.....	29
2.6 NATUREZA DA AUDITORIA .....	30
2.7 PLANEJAMENTO DE AUDITORIA.....	31
2.8 PAPÉIS DE TRABALHO.....	34
2.9 AUDITORIA INTERNA.....	35
2.10 AUDITORIA EXTERNA .....	36
2.11 PRINCIPAIS TESTES REALIZADOS PELA AUDITORIA EXTERNA .....	38
2.12 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA.....	39
2.13 RELATÓRIOS DE AUDITORIA EXTERNA .....	40
2.13.1 Conceitos .....	40
2.13.2 Tipos de Parecer .....	42
2.14 RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO .....	42
2.14.1 Conceitos .....	42
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>45</b>

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS .....	45
3.2 TIPOLOGIA DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS .....	46
3.3 TIPOLOGIA DE PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA .....	46
3.4 DEMAIS ASPECTOS QUANTO A METODOLOGIA .....	47
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>49</b>
4.1 RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO .....	49
4.1.1 Banco do Brasil S.A .....	49
4.1.2 Itaú Unibanco .....	52
4.1.3 Bradesco .....	55
4.1.4 Caixa Econômica Federal .....	60
4.1.5 Santander.....	64
4.1.6 Comentários sobre Relatório de Administração .....	67
4.2 RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	68
4.2.1 Comentário sobre Parecer de Auditoria .....	84
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando a concentração do mercado financeiro brasileiro, bem como o prestígio que o mesmo possui sendo considerado como um dos mais seguros do mundo, o presente trabalho, busca expor a solidez do sistema financeiro brasileiro por meio do levantamento de informações obtidas em relatórios de administração das cinco maiores instituições financeiras do Brasil e compará-los com o parecer de auditoria.

### 1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

O estudo busca verificar se é possível evidenciar de forma comparativa as divergências entre os Relatórios de Administração e o Parecer de Auditoria de Instituições Financeiras de grande porte no Brasil no período de 2010 a 2015.

As cinco maiores instituições financeiras no Brasil são Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Santander. Tal classificação, necessariamente nesta sequência, advém do número de ativos totais administrados pela Instituição Financeira conforme consulta ao IF.data do Banco Central do Brasil até o segundo semestre de 2016.

Verifica-se na classificação de grandeza, em razão dos ativos administrados, que o Banco do Brasil é líder com R\$ 1.482.569.850, seguido pelo Itaú Unibanco com R\$ 1.324.027.104, em terceiro a Caixa Econômica Federal com R\$ 1.214.034.280, em quarto o Bradesco com R\$ 955.953.603 e por fim o Santander com R\$ 660.052.151. Foram considerados os Bancos Múltiplos com carteira comercial e os valores estão informados em R\$ mil.

Tais instituições financeiras de grande porte no Brasil têm suas demonstrações contábeis auditadas por empresas de auditoria independente, atendendo obrigação legal decorrente da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de Estatutos e deliberações próprias, disponibilizando aos seus investidores e ao mercado em geral os relatórios de auditoria e seu consequente relatório de administração. No relatório de administração a Instituição faz

um panorama geral sobre suas atividades, negócios, demonstrações contábeis entre outras informações relevantes.

Há de se preocupar no Brasil com a concentração bancária fruto da decorrência das fusões e aquisições no setor nos últimos tempos. Em consulta ao Banco Central do Brasil evidencia-se que as maiores instituições financeiras do país, praticamente, já detém mais de 80 % dos ativos totais existentes no Brasil.

A concentração bancária é fator relevante a ser considerado, de acordo com pesquisa realizada por Martins e Alencar (2009).

O descasamento de prazos entre ativos e passivos, comum à atividade bancária, faz com que uma instituição financeira dependa da credibilidade junto a seus credores quanto à sua capacidade de honrar dívidas para dar continuidade a suas operações. Aliada a isso, a existência de assimetria informacional em relação à real situação financeira da firma bancária pode fazer com que a percepção do mercado quanto à solvência de um determinado banco leve-o de fato à falência, mesmo não havendo motivos reais para que a falência ocorra. E esse comportamento do mercado pode gerar um “efeito dominó”, levando a uma crise de confiança no sistema bancário (MARTINS E ALENCAR, 2009, p. 4).

Ainda Segundo Martins e Alencar (2009).

Crises bancárias são, muitas vezes, seguidas por fusões e aquisições que podem elevar a concentração do sistema financeiro. Como consequência, o sistema se torna mais protegido contra choques idiossincráticos na medida em que bancos com maior participação de mercado são, em geral, mais diversificados. Ou seja, são bancos menos vulneráveis a choques isolados. No entanto, o pânico gerado pela insolvência de uma determinada instituição financeira pode ser maior quanto mais concentrado for o sistema bancário. Esse efeito se daria pela percepção do mercado de que o grau de especialização da indústria bancária é menor quanto maior for a concentração do sistema financeiro. Dessa forma, um choque idiossincrático pode ser interpretado como um choque de proporções agregadas que afetaria a rentabilidade esperada de outras instituições (MARTINS E ALENCAR, 2009, p. 5).

Instaura-se o problema de pesquisa no ponto em que se busca saber como é possível evidenciar de forma comparativa as divergências entre o relatório de administração e o parecer de auditoria das instituições financeiras de grande porte no Brasil no período de 2010 a 2015?

## 1.2. OBJETIVOS

- Objetivo Geral

Sendo possível evidenciar o presente estudo busca expor de forma comparativa as divergências, existentes ou não, entre os presentes relatório e parecer.

- Objetivos Específicos

(i) identificar os relatórios de administração e pareceres de auditoria das instituições financeiras;

(ii) analisar se há divergências entre os relatórios de administração e parecer de auditoria das instituições financeiras;

(iii) comparar as informações obtidas evidenciando se há ou não divergências;

(iv) demonstrar as principais evidências obtidas de forma comparativa entre o relatório de administração e o parecer de auditoria.

## 1.3 JUSTIFICATIVAS

Justifica-se o presente trabalho como mais uma ferramenta de demonstração e evidenciação ao mercado quanto à solidez do sistema financeiro brasileiro por meio do levantamento de informações obtidas em relatórios de administração das cinco maiores instituições financeiras do Brasil. Ademais justifica o presente trabalho para validar os conteúdos estudados durante a execução do presente curso para consolidação dos meus conhecimentos a respeito do assunto.

Esta monografia foi estruturada com esta introdução, revisão de literatura, metodologia da pesquisa, análise e discussão dos resultados e conclusão final.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

O presente estudo aborda, em sua revisão de literatura definições quanto a estrutura e funcionamento do sistema financeiro nacional, bem como as instituições participantes objetos do estudo; conceito, definição, natureza e objeto e fins da auditoria; auditoria como técnica contábil; planejamento de auditoria; papéis de trabalho; auditoria interna; auditoria externa (testes e relatórios); principais diferenças entre auditoria interna e externa; relatório de administração. Discorre-se a partir de então conceitos sobre os assuntos descritos acima.

### 2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

De acordo com o Banco Central do Brasil (BACEN), o Sistema Financeiro Nacional é definido como o conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governos) superavitários para os deficitários.

Ainda a luz do que diz a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 192 temos que

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003) (Vide Lei nº 8.392, de 1991).

Evidencia-se a abordagem e introdução ao tema dada por VIEIRA et al (2012)

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), reconhecidamente uma das vigas mestras do desenvolvimento brasileiro, foi um dos motores da nossa ascensão ao grupo das dez maiores economias mundiais. Sua história, entretanto, foi escrita por crises e incertezas recortadas por raros momentos de euforia e sucesso. Uma epopeia congruente com a própria história do admirável povo mestiço que formou a maior nação tropical do planeta. Da fragilidade das primeiras décadas da consolidação de um país continental



independente, até a notável robustez no enfrentamento das últimas crises financeiras mundiais, a história do SFN é mais um registro do esforço empreendido por nossos antepassados na construção da nação brasileira (VIEIRA et al., 2012, p. 146).

Denota-se tratar de um conjunto de órgãos e instituições que são responsáveis pela condução da política monetária do país.

### 2.1.1 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

Conforme o Banco Central do Brasil (Bacen), o Sistema Financeiro Nacional é dividido em órgãos normativos, supervisores e operadores.

As cinco maiores instituições financeiras no Brasil, as quais os seus relatórios de administração e o parecer de auditoria são objetos do presente estudo, são: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Santander. A presente classificação assim disposta provém do número de ativos totais administrados por cada instituição conforme consulta a base de dados do Banco Central do Brasil.

#### 2.1.1.1 Obrigatoriedade da Evidenciação ao Mercado

Abaixo em redação dada pelo artigo 176 da Lei 6404/76 temos o que o dispõe a legislação quanto à divulgação das informações contábeis para as empresas constituídas em forma de sociedade anônima.

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia-geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 7º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu critério, disciplinar de forma diversa o registro de que trata o § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

(Vide Lei 6404 de 15 de novembro de 1976).

Disposto sobre o Sistema Financeiro Nacional, sua estrutura e funcionamento, bem como a obrigatoriedade da divulgação de seus resultados ao mercado, passa-se

a contextualizar as instituições financeiras, as quais seus dados foram utilizados para este trabalho.

## 2.1.2 Aspectos Gerais das Cinco Maiores Instituições Financeiras do Brasil

Faz-se necessário conhecer um breve histórico de como as cinco maiores instituições financeiras do Brasil surgiram, evidenciando-se os fatos mais relevantes de sua história e conseqüente caracterização de como as mesmas são/estão no período atual.

### 2.1.2.1 Banco do Brasil S.A

Conforme disposto no Relatório de Administração do Banco do Brasil de 2014, o mesmo assim se caracteriza

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964. (BANCO DO BRASIL S.A Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2014)

O Banco do Brasil é a mais antiga instituição financeira do país. Sua fundação remonta ao século XIX.

Tem-se relatado na internet, no site oficial da instituição financeira um breve histórico cronológico.

Ano	Acontecimento
1808	O Banco do Brasil é fundado pelo príncipe regente D. João, quando o País passou a sediar a Coroa Portuguesa.

1821	Financiamento à criação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, reforçando a vinculação do BB ao então nascente mercado de capitais brasileiro.
1854	Encerramento das intervenções governamentais nas atividades comerciais do BB, após sucessivas mudanças.
1889	Participação fundamental no fomento econômico e no saneamento das finanças públicas após a Proclamação da República.
1905	Alteração na composição do capital social do Banco, na qual o Governo Federal torna-se acionista majoritário, forma jurídica que continua até hoje.
1906	Listagem pública das ações do Banco do Brasil nas bolsas de valores.
1936	Criação de uma das mais importantes ferramentas de sua atuação econômica: a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.
1960	Transferência da sede para Brasília no dia da inauguração da nova capital do País.
1985	Criação da Fundação Banco do Brasil (FBB) como importante instrumento de transformação em educação, cultura e esporte.
1986	O Governo Federal autoriza o BB a atuar em todos os segmentos de mercado, iniciando sua evolução para conglomerado financeiro.
1989	Inauguração do primeiro Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, no contexto das comemorações de 181 anos do Banco
2000	Lançamento do Portal Banco do Brasil na internet
2001	Configuração como banco múltiplo e instalação do Conselho Diretor e comitês, subcomitês e comissões.
2002	Adequação do Estatuto Social para maior transparência e a adoção de melhores práticas.
2006	Ingresso no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo.
2009	Início do programa de <i>American Depositary Receipts</i> (ADRs) Nível I na Bolsa de Nova Iorque.
2011	Conclusão da operação de aquisição do Banco Patagônia, na Argentina, dentro do novo modelo de atuação no exterior.
2012	Liderança do movimento consistente de queda dos juros no sistema bancário com o programa BOMPRATODOS. Nesse mesmo ano, o Banco Postal passa a integrar a rede Mais BB de correspondentes.
2014	Revisão de sua missão, visão e valores e de sua estratégia corporativa, com o princípio norteador de ser um banco de mercado com espírito público.

FONTE: Banco do Brasil - Mais de 200 Anos de História, 2017.

### 2.1.2.2 Itaú Unibanco

Conforme disposto e relatado em sua página na internet do Itaú Unibanco, mais especificamente na área “Sobre o Itaú Unibanco” o mesmo é assim caracterizado

O Itaú Unibanco é o maior banco privado do Brasil - e uma das maiores empresas do mundo, segundo *ranking* da *Forbes*, levando em conta atributos como negócios gerados, ativos e valor de mercado.

Com 91 anos de história e de tradição, hoje contamos com mais de 90 mil colaboradores, quase 60 milhões de clientes e mais de 95 mil acionistas. Mas nosso objetivo vai muito além de oferecer serviços bancários e de gerar valor para nossos acionistas. (Sobre o Itaú. Um banco com nove décadas de muita história. 02/12/2016)

Também relatado na internet, está um breve histórico do maior banco privado do Brasil, conforme disposto abaixo

O primeiro nasceu mineiro de Poços de Caldas. No dia 27 de setembro de 1924, a Casa Moreira Salles, fundada por João Moreira Salles – e que vendia de tudo: louças, roupas, sapatos, bebidas -, recebeu do governo federal a carta patente que lhe permitia funcionar como seção bancária, ou seja, correspondente de bancos importantes do estado. O segundo chegou vinte anos depois, pelas mãos do industrial do ramo têxtil Alfredo Egydio de Souza Aranha e seu sócio, Aloysio Ramalho Foz. Com o nome de Banco Central de Crédito S.A., instalou sua primeira agência no centro da capital paulista. Com o passar dos anos, João Moreira Salles foi passando a administração da Casa Moreira Salles para seu filho Walther, que assumiu por completo em 1933, quando ainda era um estudante de direito. Em 1959, Alfredo Egydio transferiu a gestão de seu banco para o sobrinho Olavo Setubal, e para o genro, Eudoro Villela. Juntos, os dois aceleraram o ciclo de transformações na instituição. Nos anos 1960, a Casa Moreira Salles viria a se tornar Unibanco, e o Banco Central de Crédito passou a se chamar Itaú. Em 2008, dois dos mais importantes e populares bancos do Brasil se uniram, numa operação que representou uma das maiores fusões da história brasileira. Naquele histórico 04 de novembro, nasceu também um dos maiores bancos do mundo e um gigante brasileiro. (Sobre o Itaú. Um banco com nove décadas de muita história. 02/12/2016)

### 2.1.2.3 Bradesco

Também disposto na área “Sobre o Bradesco” em sua página na internet, o BRADESCO assim se caracteriza

O Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com sólida atuação voltada aos interesses de seus clientes desde 1943. Além da excelência em serviços, destaca-se por ser um dos melhores gestores de recursos do mercado, com resultados construídos sobre bases sustentáveis. (Sobre o Bradesco, 2017)

Dentre os principais fatos da história do Bradesco tem-se, resumidamente, conforme itens principais dispostos em sua página da internet um breve histórico da instituição financeira

Fundado em Marília em 10 de março de 1943.  
O Bradesco é fundado por Amador Aguiar, com uma visão inovadora: ser um banco democrático, presente em todo o País, a serviço de seu desenvolvimento econômico e social.

Para isso, atende aos imigrantes, lavradores e pequenos comerciantes, além do público tradicional das casas bancárias, formado por empresários e grandes proprietários de terras.

Com o crescimento das operações, a Matriz é transferida para o centro da capital paulista.

A Matriz do Bradesco é transferida para a Cidade de Deus, em 1957.

No ano seguinte, cria a instituição que daria origem à Fundação Bradesco e que, nas últimas cinco décadas, formou milhares de alunos.

Em 1981, Lázaro de Mello Brandão assume a Presidência da Diretoria Executiva. Amador Aguiar permanece como presidente do Conselho Superior de Administração.

O Bradesco cria o atendimento especializado para pessoa física e jurídica. Entra no mercado de Previdência Privada, de Títulos de Capitalização e Saúde. A Bradesco Seguros conquista a liderança sul-americana do mercado segurador.

O banco cria suas primeiras representações internacionais com Agências em Nova Iorque e Grand Cayman (Caribe) e um escritório em Londres, Inglaterra.

Nesta década, o banco adquire os maiores computadores do mundo, lança o primeiro cartão magnético do País, implanta o conceito de operações em tempo real e o primeiro banco automático – o Bradesco Instantâneo Dia e Noite, no aeroporto de Congonhas.

Em 1990, Lázaro de Mello Brandão é indicado para a Presidência do Conselho Superior de Administração.

O Bradesco tem uma década movimentada. Emite os primeiros cartões nacionais e internacionais da bandeira Visa.

Em 1999, Márcio Artur Laurelli Cypriano é indicado para o cargo de Diretor-Presidente do Bradesco.

Em 2001, o Bradesco estreia suas ações no pregão da Bolsa de *Nova York* (NYSE). Assim, seus papéis passam a ser negociados em três moedas: real, euro e dólar.

Durante a década, o Bradesco implanta a segmentação no atendimento aos seus clientes pessoa física e jurídica. As ações do banco passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bovespa, e o Índice *Down Jones* de Sustentabilidade.

Em 2003, o início de uma nova tradição, com a primeira edição do Dia Nacional de Ação Voluntária.

Bradesco e Fundação Bradesco lançam o projeto Educa+Ação, em 2006, para integrar a iniciativa privada e o setor público municipal, no mesmo ano em que a Fundação Bradesco completa 50 anos de existência.

Em 2013, o banco completa 70 anos. Destacado pela inovação constante, desenvolvimento tecnológico e preocupação socioambiental, caminha e cresce com o Brasil. (BRADESCO, Nossa História 2017)

#### 2.1.2.4 Caixa Econômica Federal

A caracterização da Caixa Econômica Federal, conforme relatado e disposto em sua página na internet, na seção “Sobre a Caixa” temos

Desde que foi criada, em 1861, a Caixa sempre buscou ser mais que apenas um banco, mas uma instituição realmente presente na vida de milhões de brasileiros. Ela é, por exemplo, o agente responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social

(PIS) e pelo Seguro-Desemprego, institutos tão presentes na vida do trabalhador formal. Aparece ainda no momento de ajudar a população, através dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família – que beneficia mais de 13 milhões de brasileiros, FIES e Programa Minha Casa Minha Vida.

Quando falamos que ela está presente sempre e em qualquer lugar é em qualquer lugar mesmo. Tanto é que é o único banco que tem duas agências-barco – e está construindo a terceira – que levam acesso, desenvolvimento e cidadania para as populações ribeirinhas. Falando em acesso, desde 2004 a Caixa patrocina o esporte paraolímpico e possui ainda mais de 4.000 funcionários treinados em libras. É mais uma vez a Caixa reforçando o seu compromisso em ser um banco para todos os brasileiros, promovendo a inclusão e trabalhando sempre para atender com a mesma atenção e eficiência todos os cidadãos.

A Caixa é uma empresa 100% pública, e que exerce um papel fundamental no desenvolvimento urbano e da justiça social do país, vez que prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, contribuindo significativamente para melhorar a vida das pessoas, principalmente as de baixa renda. Além disso, ela apóia inúmeras atividades artístico-culturais, educacionais e desportivas, garantindo um lugar de destaque no dia a dia das pessoas, pois acredita que pode fazer o melhor pelo país e por cada um de seus habitantes.

Para seus correntistas, a Caixa busca sempre oferecer os melhores serviços e opções de crédito, ajudando-os a concretizar seus sonhos, acumulando conquistas e sucessos em parceria com o povo brasileiro. Só um banco com a tradição e conhecimento da Caixa para ser a poupança dos brasileiros há mais de 150 anos, e com muitos ainda por vir. (Caixa Econômica Federal, Sobre a Caixa, 2017)

Na mesma seção “Sobre a Caixa” temos um breve relato de sua história, conforme temos abaixo

No dia 12 de janeiro de 1861, Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que fundou a Caixa Econômica da Corte. Desde então, a Caixa caminha lado a lado com a trajetória do país, acompanhando seu crescimento e o de sua população. A Caixa sempre esteve presente em todas as principais transformações da história do país, como mudanças de regimes políticos, processos de urbanização e industrialização, apoiando e ajudando o Brasil.

Com sua experiência acumulada, inaugurou, em 1931, operações de empréstimo por consignação para pessoas físicas; três anos depois, por determinação do governo federal, assumiu a exclusividade dos empréstimos sob penhor, o que extinguiu as casas de prego operadas por particulares.

No dia 1º de junho do mesmo ano, foi assinada a primeira hipoteca para a aquisição de imóveis da Caixa do Rio de Janeiro.

Em 1986, a Caixa incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e assumiu definitivamente a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico. No mesmo ano, com a extinção do BNH, tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do FGTS e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Quatro anos depois, em 1990, iniciou ações para centralizar todas as contas vinculadas do FGTS, que, à época, eram administradas por mais de 70 instituições bancárias.

Desde o início, alinhada às necessidades da população.

Ao longo de sua trajetória, a Caixa vem estabelecendo estreitas relações com a população ao atender às suas necessidades imediatas, como poupança, empréstimos, FGTS, Programa de Integração Social (PIS), Seguro-Desemprego, crédito educativo, financiamento habitacional e transferência de benefícios sociais.

Também deu ao povo brasileiro a chance de sonhar com uma vida melhor, com as Loterias Federais, das quais detém o monopólio desde 1961.

O ano de 1969 foi um dos marcos na história da Caixa. O Decreto-Lei Nº 759 daquele ano a constituiu como uma empresa pública e deu a ela diversas obrigações e deveres, com foco em serviços de natureza social, promoção da cidadania e do desenvolvimento do país.

Desde sua criação, a Caixa não parou de crescer, de se desenvolver, de diversificar e ampliar suas áreas de atuação. Uma prova é seu estatuto, renovado sempre que é preciso se adaptar à realidade dos brasileiros. A última atualização foi 2013 por meio do Decreto Nº 7.973. A Caixa, além de atender a correntistas, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores, acredita e apoia iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas em todo o Brasil.

Hoje, a Caixa tem uma posição consolidada no mercado como um banco de grande porte, sólido e moderno. Como principal agente das políticas públicas do governo federal, está presente em todo o país, sem perder sua principal finalidade: a de acreditar nas pessoas. (Caixa Econômica Federal, Sobre a Caixa, 2017)

#### 2.1.2.5 Santander Brasil

Conforme informações de sua página na internet, em “o Santander” o mesmo assim se caracteriza

Com sede mundial na Espanha, o Santander é o maior banco da Zona do Euro e um dos maiores do mundo. Possui um modelo de negócios voltado para o cliente, com alto nível de recorrência em seus resultados e receitas.

Em atividade no mercado local desde 1982, o Santander Brasil é o terceiro maior banco privado do Sistema Financeiro Nacional.

A instituição está presente em todas as regiões do País por meio de uma ampla estrutura.(O Santander, 2017).

Também em sua página na internet temos um breve relato da história do Santander Brasil, conforme abaixo

O Grupo Santander expandiu a sua presença em todo o mundo por meio de aquisições e obtenção de sinergias a partir de processos de integração de negócios bem sucedidos.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um acordo operacional com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. A partir dos anos 90, o Grupo Santander buscou estabelecer forte presença na América Latina, particularmente no Brasil. O Grupo Santander seguiu esta estratégia



tanto por meio de crescimento orgânico, como por aquisições. Em 1997, o Grupo Santander adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., um banco de varejo de médio porte, que subsequentemente mudou seu nome para Banco Santander Brasil S.A. No ano seguinte, o Grupo Santander adquiriu o Banco Noroeste S.A. para fortalecer ainda mais a sua posição como um banco de varejo no Brasil. Em 1999, o Banco Noroeste foi incorporado pelo Banco Santander Brasil. Em janeiro de 2000, o Grupo Santander adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo a subsidiária Banco Bozano, Simonsen S.A.), um banco atuante em serviços bancários de varejo e atacado, principalmente no sudeste do Brasil.

Desde 1997, o Grupo Santander demonstrou de forma consistente a sua capacidade de realizar aquisições significativas no Brasil, integrar as instituições adquiridas em seus negócios existentes e melhorar o desempenho operacional de tais instituições. Este foi o caso, em particular, da aquisição do Banespa, detido pelo Estado de São Paulo, em novembro de 2000. Por meio desta aquisição, o Grupo Santander passou a ser um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com sólidas operações em serviços bancários de varejo e atacado, estrategicamente posicionado no sul e sudeste do País. Após a aquisição, o Grupo Santander implementou uma modernização da tecnologia de informação no Banespa. Transcorrido um ano da aquisição, o índice de eficiência do Banespa havia melhorado significativamente.

Apesar de operar no Brasil por meio de diferentes pessoas jurídicas, o Grupo Santander Brasil tem sua administração e funções gerenciais centralizadas desde 2000. Em 2006, o Grupo Santander Brasil, mediante aprovação de seus acionistas e do Banco Central, consolidou todas as suas participações em uma única pessoa jurídica - Banco Santander Banespa S.A., que posteriormente teve sua denominação alterada para Banco Santander (Brasil) S.A., simplificando, assim, a sua estrutura societária e fiscal, melhorando sua eficiência operacional e reduzindo os custos administrativos por meio da integração e do aprimoramento de diferentes plataformas de TI. Em 2007, o Grupo Santander implementou um programa de unificação de sua marca.

Em 1º de novembro de 2007, o *RFS Holdings B.V.*, um consórcio composto pelo Santander Espanha, *The Royal Bank of Scotland Group PLC*, *Fortis SA/NV* e *Fortis N.V.*, adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO.

Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Nas assembleias gerais de acionistas do Santander Brasil e do Banco Real realizadas em 29 de agosto de 2008, foi aprovada a incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A. das ações de emissão do Banco Real, passando o Banco Real a ser uma subsidiária integral do Santander Brasil. Naquele momento, o Banco Real era o quarto maior banco privado do Brasil em quantidade de ativos. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander Brasil e foi extinto como pessoa jurídica independente. A incorporação está pendente de aprovação pelo Banco Central. Como resultado dessa aquisição, o Santander Brasil tornou-se o terceiro maior banco privado do Brasil em termos de ativos. (Santander no Brasil, 2017)

Depois de caracterizada cada instituição financeira, passa-se a descrever conceitos e definições quanto à auditoria.

## 2.2 CONCEITO DE AUDITORIA

A auditoria era vista apenas como uma mera ferramenta de revisão de trabalhos já executados, visando à identificação de possíveis “erros” ou até mesmo a confirmação dos dados já apresentados, atualmente, essa auditoria vai muito além de apenas verificar fatos passados, atuando como uma importante ferramenta de gestão ao usuário, tanto interno quanto externo de uma organização.

Franco e Marra (1992), conceituam que

A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando medir a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. Os exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria usualmente aceitas e incluem os procedimentos que os auditores julgarem necessários, em cada circunstância, para obter os elementos de convicção com o objetivo e comprovar se os registros contábeis foram executados de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômica financeira do patrimônio. (FRANCO E MARRA, 1992, p.22).

Sá (2000) afirma que

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendale, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados. (SÁ, 2000, p 25).

Attie (2010) conceitua que

A auditoria das demonstrações contábeis visa as informações contidas nessas informações, assim é evidente que todos os itens, formas e métodos que as influenciam também estão sendo examinados. O exame de auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladoras, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e das demonstrações

deles decorrentes. A ênfase que se dá a cada situação depende de uma série de decorrências dos diferentes segmentos que compõem a organização.

Os exames de auditoria obedecem às normas de auditoria e incluem procedimentos de comprovação dos dados em estudo caracterizados por uma atitude de reflexão competente e independente. (ATTIE, 2010, p. 5).

De forma clara e objetiva a auditoria pode por assim ser conceituada como a ferramenta de avaliação sistêmica das operações contábeis. Por meio do levantamento de como as transações ocorrem dentro da entidade bem como seus procedimentos, operações e rotinas. A auditoria busca também levantar casos omissos os quais a empresa pode deixar de divulgar por um equívoco ou erro, em casos mais graves, fraude. (CREPALDI, 2010, p. 4).

A auditoria tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação ou não das atividades e demonstrativos contábeis da entidade, consoantes aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinente a legislação específica. (CREPALDI, 2010, p. 4).

### 2.3 DEFINIÇÃO DE AUDITORIA

Define-se auditoria como uma ferramenta de verificação documental dos livros e registros com características controladoras, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo as quais estão relacionadas com o controle patrimonial e perfeição dos registros e demonstrações contábeis. (ATTIE, 2010, p. 5).

Para Crepaldi (2010)

Com a evolução da Ciência Contábil, tornando-se imprescindível as administrações das empresas, desenvolveu-se também, de forma notável, a técnica de auditoria, a ponto de, hoje em dia, não ser ela um instrumento de mera observação apenas, estático, mas de orientação, de interpretação e de previsão de fatos, tornando-se dinâmica e ainda em constante evolução.

Por isso que, atualmente, auditoria pode ser definida como o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática das transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade, com o objetivo de fornecer a seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação. (CREPALDI, 2010, p. 2).

A auditoria busca validar, ou seja, dar mais credibilidade aos registros contábeis uma vez que estes registros são ferramentas, de investidores ou investidores em potencial, que buscam maior segurança para seus investimentos.

Segundo Attie (2010, p. 5) “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Para Franco e Marra (1992) auditoria pode ser definida como

A técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas. (FRANCO E MARRA, 1992, p. 22).

Extingue-se a auditoria da Contabilidade, embora sendo parte da mesma, pois se constitui de técnica para confirmar a veracidade dos registros contábeis, o qual é principal meio do qual se vale a contabilidade para alcançar o seu propósito. (FRANCO e MARRA, 1992, p. 22).

Pode-se então definir auditoria contábil como uma ferramenta que busca apurar a veracidade dos registros contábeis.

## 2.4 OBJETO E FINS DA AUDITORIA

Pode-se dizer que há um consenso entre os mais diversos autores a despeito dos itens básicos do objeto da auditoria.

Para Franco e Marra (1992)

O objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos das administrações, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais. A auditoria pode ter por objeto, inclusive, fatos não registrados documentalmente, mas relatados por aqueles que exercem atividades

relacionadas com o patrimônio administrado, cuja informação mereça confiança, desde que tais informações possam ser admitidas como seguras pela evidência ou por indícios convincentes. (FRANCO E MARRA, 1992, p. 25).

#### Para Perez Junior (2010)

A auditoria é uma técnica autônoma dentre as técnicas da ciência contábil, razão pela qual tem objeto perfeitamente identificado e definido, sendo este não apenas único, mas também múltiplo, conforme o entendimento unanimemente consagrado nos dias de hoje. Deve ficar claro que para cada autor pode restringir ou ampliar o objeto da auditoria de acordo com seu entendimento. Existe certo consenso, no entanto, acerca de alguns itens básicos, como por exemplo: comprovação, pelo registro, de que são exatos os fatos patrimoniais; demonstração dos erros e fraudes encontradas; sugestão das providências cabíveis, visando à prevenção de erros e fraudes; verificação de que a contabilidade é satisfatória sob o aspecto sistemático e de organização; verificação do funcionamento do controle interno; proposição de medidas de previsão de fatos patrimoniais, com o protesto de manter a empresa dentro dos limites de organização e legalidade. (PEREZ JUNIOR, 2010, p. 2).

#### Attie (2010) afirma que

O objeto da auditoria é o exame das demonstrações contábeis, as quais não existem por si só, mas dependem de uma multiplicidade de fatores internos e externos e de um fluxo de informações que as canalizem por meio de sistemas de controles internos (ATTIE, 2010, p. 15).

Portanto, o objeto principal da auditoria contábil, é a confirmação dos registros contábeis e suas demonstrações. O objeto da auditoria é a descoberta de erros e fraudes, visando assim à proteção da entidade auditada, produzindo assim pareceres a respeito da confiabilidade das demonstrações contábeis. (PEREZ JUNIOR, 2010, p. 2).

## 2.5 AUDITORIA COMO TÉCNICA CONTÁBIL

De maneira ampla, a auditoria busca determinar se as demonstrações contábeis e seus respectivos registros de uma entidade merecem ou não confiança, ou seja, auditoria é a maneira pela qual se verifica se as demonstrações contábeis

efetivamente refletem, ou não, a situação patrimonial, bem como, os resultados das operações da empresa que está sendo auditada. (CREPALDI, 2010, p. 8).

Para Franco e Marra (1992)

Conclui-se ser a auditoria uma das técnicas utilizadas pela Contabilidade, ou seja, aquela destinada a examinar a escrituração e demonstrações contábeis, a fim de confirmar sua adequação. A auditoria, dessa forma, aperfeiçoa a utilidade das informações fornecidas e dá credibilidade à Contabilidade, valorizando seus objetivos. (FRANCO E MARRA, 1992, p. 26).

A fiscalização realizada pela auditoria sobre os registros e demonstrações contábeis lhe da melhor consistência e veracidade.

## 2.6 NATUREZA DA AUDITORIA

Perez Junior (1995, p. 13) classifica a natureza da auditoria em auditoria independente ou externa, auditoria da fazenda e auditoria interna ou operacional.

a) Auditoria independente ou externa: Trata-se da auditoria realizada por um auditor independente, contratado pela empresa auditada. Este tem por função examinar as demonstrações contábeis, e ou, prestação de um serviço em área específica. Sua finalidade é a emissão de parecer a despeito das demonstrações contábeis auditadas.

Segundo Perez Junior (1995), a empresa contrata a auditoria independente pelos seguintes motivos:

- Por disposições legais:
  - Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Exige, por força de lei, auditoria em sociedades anônimas de capital aberto.
  - Banco Central do Brasil – BACEM. Exige auditoria em:
    - Bancos Comerciais;
    - Bancos de Investimentos;
    - Financeira;
    - Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários;
    - Corretoras de Câmbio e Valores Mobiliários;
    - Sociedades de Arrendamento Mercantil;
    - Sociedades de Crédito Imobiliário.
  - Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Exige auditoria em sociedades seguradas.
- Por outros Motivos:

- Instituições financeiras: podem, mediante acordo contratual, exigir auditoria de empresas tomadoras de empréstimos vultosos.
- Acionista controlador:  
Pode exigir auditoria em empresas coligadas, controladas ou filiais, no próprio país ou no exterior.
- Outros:  
A administração pode solicitar auditorias especiais para verificação, por exemplo, de fraudes. Empresas interessadas na aquisição do controle acionário solicitam auditoria para averiguar a situação financeira e patrimonial da empresa que está sendo adquirida. (PEREZ JUNIOR, 1995, p. 14).

b) Auditoria da fazenda (federal, estadual e municipal): “a auditoria da Fazenda é realizada segundo o interesse quanto aos tributos das respectivas competências, que compreendem a União, os Estados e os Municípios”.(PEREZ JUNIOR, 1995, p. 15).

c) Auditoria interna ou operacional: Esta ao contrário da auditoria externa é realizada por um funcionário da própria entidade, com o objetivo de examinar normas e procedimentos internos, validando sua eficácia e eficiência.

Attie (1984)

A importância que a auditoria interna tem em suas atividades de trabalho serve para a administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, os sistemas contábeis e de controle interno estão sendo efetivamente seguidos, e todas as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos. (ATTIE, 1984, p. 52).

Para Perez Junior (1995) a auditoria interna é realizada por:

- Determinação da administração:  
A administração utiliza a auditoria interna como órgão de assessoria e controle.
- Determinação da matriz ou controladora:  
É comum em grandes conglomerados a existência de uma auditoria interna, subordinada à empresa controladora, que verifica a observância das normas de controle estabelecidas para todas as empresas do grupo. Para as empresas auditadas, essa auditoria é similar a uma auditoria independente. (PEREZ JUNIOR, 1995, p. 15).

## 2.7 PLANEJAMENTO DE AUDITORIA

Usualmente o Planejamento é elaborado pelo gerente do trabalho de auditoria com a participação e anuência do sócio encarregado. As grandes empresas de auditoria dão grande ênfase ao planejamento definindo roteiros, formulários e padrões para sua elaboração. (PEREZ JUNIOR, 2010, p. 45).

Segundo Perez Junior (2010, p. 46) “O Planejamento de auditoria deve ser desenvolvido de acordo com uma metodologia definida pela empresa de auditoria levando em consideração as características da empresa auditada e os objetivos do trabalho”.

Franco e Marra (1992) expõem sobre o Planejamento de Auditoria:

Ao se iniciar qualquer trabalho de auditoria, este deve ser cuidadosamente planejado, tendo em vista seu objetivo. Os exames e verificações serão orientados conforme o alcance visado pela auditoria. (...) O planejamento adequado pressupõe a formulação do programa de auditoria.

O programa de auditoria consiste no plano de trabalho para exame de área específica. Ele prevê os procedimentos que deverão ser aplicados para que se possa alcançar o resultado desejado. Deve, entretanto, ser bastante amplo e flexível, para permitir alterações durante o andamento das verificações, segundo aconselham as circunstâncias, isto é, a maior ou menor eficiência dos controles internos do cliente.

(...) A elaboração de um programa implica selecionar os procedimentos que podem ser aplicados a determinadas situações, estabelecendo-se sua amplitude e oportunidade. Esses procedimentos se fundamentam em métodos próprios da auditoria, de forma que o auditor deve ter profundo conhecimento desses métodos, não só para poder elaborar o programa, como, principalmente, para executar o trabalho. (FRANCO E MARRA, 1992, p. 224-225).

Segundo Lopes de Sá (2000) o plano de auditoria consiste em

Tarefa preliminar traçada pelo auditor, que se caracteriza pela previsão dos trabalhos que devem ser executados em cada serviço, afim de que este cumpra integralmente as suas finalidades dentro das normas científicas da contabilidade e da técnica (LOPES DE SÁ, 2000, p. 131).

Conforme Normas Brasileiras de Contabilidade TA 300 (R1) 2016 –  
Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis

A natureza e a extensão das atividades de planejamento variam conforme o porte e a complexidade da entidade, a experiência anterior dos membros-chave da equipe de trabalho com a entidade e as mudanças nas circunstâncias que ocorrem durante o trabalho de auditoria.



Planejamento não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo, que muitas vezes começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual. Entretanto, o planejamento inclui a consideração da época de certas atividades e procedimentos de auditoria que devem ser concluídos antes da realização de procedimentos adicionais de auditoria. Por exemplo, o planejamento inclui a necessidade de considerar, antes da identificação e avaliação pelo auditor dos riscos de distorções relevantes, aspectos como:

- (a) os procedimentos analíticos a serem aplicados como procedimentos de avaliação de risco;
- (b) obtenção de entendimento global da estrutura jurídica e o ambiente regulatório aplicável à entidade e como a entidade cumpre com os requerimentos dessa estrutura;
- (c) a determinação da materialidade;
- (d) o envolvimento de especialistas;
- (e) a aplicação de outros procedimentos de avaliação de risco.

O auditor pode optar por discutir esses elementos do planejamento com a administração da entidade, de forma a facilitar a condução e o gerenciamento do trabalho de auditoria (por exemplo, coordenar alguns dos procedimentos de auditoria planejados com o trabalho do pessoal da entidade). Apesar de normalmente essas discussões ocorrerem, a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria continuam sendo de responsabilidade do auditor. Na discussão de temas incluídos na estratégia global de auditoria ou no plano de auditoria deve-se atentar para não comprometer a eficácia dessa auditoria. Por exemplo, a discussão com a administração da natureza e da época de procedimentos de auditoria detalhados pode comprometer a eficácia da auditoria ao tornar tais procedimentos demasiadamente previsíveis. (NBC TA 300 (R1) 2016).

Os programas de trabalho devem ser detalhados de forma a servir como guia e meio de controle de sua execução.

O Planejamento da Auditoria é a etapa do trabalho na qual o auditor estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade a ser auditada, elaborando-o a partir da contratação dos serviços, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, de modo que possa desempenhar uma auditoria eficaz.

O programa de auditoria, além de servir como guia e instrumento de controle para a execução do trabalho, deve abranger todas as áreas a serem examinadas pelo auditor.

As atualizações no planejamento e nos programas de auditoria têm de ser documentadas nos papéis de trabalho correspondentes, devendo ficar evidenciados, também, os motivos das modificações a que se procedeu.

## 2.8 PAPÉIS DE TRABALHO

Conforme Attie (2010, p.195) os papéis de trabalho compreendem o conjunto de formulários e documentos que possuem as informações e apontamentos realizados pelo auditor durante seu trabalho, bem como as provas e descrições de suas atividades; constitui a confirmação do trabalho realizado e fundamento de sua opinião.

Para Lopes de Sá (2000)

Os papéis utilizados para transcrever dados fazer anotações analisar contas, demonstrar cálculos, relatar situações, espelhar levantamentos, em suma, executar a tarefa de auditoria são denominados “papéis de trabalho” ou “rascunhos técnicos”.

(...)

Os papéis de auditoria devem observar os seguintes requisitos essenciais: possibilitar a execução das tarefas com um mínimo de esforço; proporcionar a máxima clareza (sendo entendido com facilidade ainda que por iniciantes, no caso de se referirem às tarefas essenciais de levantamentos, por exemplo); propiciar o menor custo (sendo, por isso, estudados previamente); servir de base permanente de consulta; disciplinar as anotações; ampliar as chances de uma análise retrospectiva com melhor ordem; estar bem identificado (título, data, empresa cliente, revisor etc.); estar classificado de forma a identificar-se com o plano de auditoria.

(...)

A denominação papéis de trabalho, em matéria de auditoria, é geral, abrangendo todos os impressos utilizados desde a fase de pré-auditoria até as conclusões finais. (LOPES DE SÁ, 2000, p.162-163).

Franco e Marra (1992) descrevem

A finalidade principal dos papéis de trabalho do auditor é a de servir como base e sustentáculo da opinião do auditor. Eles constituem o testemunho do trabalho que o auditor efetuou, a forma como realizado esse trabalho e registram e documentam as conclusões a que o auditor chegou. Os papéis de trabalho do auditor contêm todas as informações conseguidas no curso dos exames, muitas vezes de forma sucinta, mas sempre clara. O conjunto das informações demonstra, ou não, que o auditor cumpriu as normas de auditoria geralmente adotadas e aplicou os procedimentos de auditoria na extensão e profundidade suficientes para permitir externar sua opinião. Para que essa finalidade seja alcançada, será necessário cumprir um programa de auditoria adequado ao tipo de trabalho que o auditor está executando. (FRANCO E MARRA, 1992, p.250).

O auditor deve registrar nos papéis de trabalho, informação relativa ao planejamento de auditoria, a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos aplicados, os resultados obtidos e as suas conclusões da evidência da

auditoria. Os papéis de trabalho devem incluir o juízo do auditor acerca de todas as questões significativas, juntamente com a conclusão a que chegou, inclusive nas áreas que envolvem questões de difícil julgamento.

O auditor pode usar quaisquer documentos e demonstrações preparados ou fornecidos pela entidade, desde que avalie sua consistência e se satisfaça com sua forma e conteúdo.

## 2.9 AUDITORIA INTERNA

Tendo como razão o contínuo desenvolvimento e crescimento das entidades, quer em sua pluralização da atividade econômica ou em tamanho, vem sendo cada vez mais difícil um grupo restrito de pessoas controlarem todas as operações que a empresa realiza em decorrência da sua atividade econômica e financeira.

No tocante a este ponto, a auditoria interna toma sua forma como meio fiscalizador de que todas as rotinas de trabalho internas estão sendo realizadas de forma previamente planejada. Uma auditoria interna no contexto total do termo para ser eficiente e atuante deve ser independente e realizada por pessoal qualificado. De forma ampla, o trabalho executado pela auditoria interna é bastante semelhante à executada pela auditoria externa, devido ao fato de que ambas se voltam para o controle interno como ponto de partida para seu exame e formulam sugestões de melhorias para as deficiências encontradas. (ATTIE, 1984 p. 52-55).

Crepaldi (2010) afirma que

A auditoria interna é uma ferramenta de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado a administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio de análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial. O auditor interno é a pessoa de confiança dos dirigentes; está vinculado a empresa por contrato trabalhista continuado e sua intervenção é permanente. Sua área de atuação envolve todas as atividades da empresa; predominam a verificação constante dos controles internos, a manipulação de valores e a execução das rotinas administrativas. O objetivo da auditoria interna é auxiliar todos os membros da administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análise, apreciações, recomendações, e comentários pertinentes às atividades examinadas.

A auditoria interna compreende os exames, análise, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de riscos, com vista a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos. (CREPALDI, 2010, p. 28).

Attie (1986) sintetiza os objetivos da auditoria interna como:

Examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para aferir, localizar, classificar e comunicar essas informações;

Examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes;

Examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real;

Verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica;

Examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos e se essas operações e esses programas são executados de acordo com o que foi planejado; e

Comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que foram tomadas as providências necessárias a respeito de suas descobertas. (ATTIE, 1986, p. 29).

Para Lopes de Sá (2000, p. 41) não se pode dizer que uma entidade possui auditoria interna pelo simples fato de existir conferência de alguns documentos e relatórios. A auditoria interna necessita de independência para a realização de seus trabalhos, pode e deve interferir de forma construtiva em todos os setores da empresa, porém sem se subordinar a níveis de autoridade que venham a chocar com as suas possibilidades de indagação. Quando se têm um setor de auditoria interna é necessário possuir pessoal comprometido e que se dê autonomia a esse pessoal para poder realizar as verificações necessárias.

## 2.10 AUDITORIA EXTERNA

Quando a confirmação dos fatos é realizada por profissional ou associação de profissionais liberais sendo estes não funcionários da empresa classifica-se a auditoria ocorrida como externa. (LOPES DE SÁ, 2000 p. 41).

## Para Franco e Marra (1992)

A auditoria externa é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada, e que poderá ser contratado por auditoria permanente ou eventual.

Atendendo ao fim a que se destina a auditoria, o auditor independente poderá realizá-la com seus próprios métodos e conveniências, desde que obedeça às normas suas de auditoria e obtenha os elementos de convicção com os quais possa dar parecer sobre a matéria examinada.

(...) Uma das características que distingue a auditoria externa é justamente o grau de independência que o auditor pode, e deve, manter em relação à entidade auditada. Isso porque a auditoria interna geralmente não objetiva a emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis, sendo executada mais para fins administrativos, internos, do que para prestação de constas a terceiros. (FRANCO E MARRA, 1992, p. 174).

## Crepaldi (2010) afirma que:

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam à posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Líquido a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionada da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade.

A Auditoria Externa é executada por profissional independente, sem ligação com o quadro da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços. Os testes e indagações se espalham por onde haja necessidade de levantar questões elucidativas para conclusão do trabalho ajustado. (CREPALDI, 2010, p. 35).

## O objetivo do auditor, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade TA 200 (R1) 2016 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria

Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos gerais do auditor são:

(a) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e

(b) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBCsTA, em conformidade com as constatações do auditor. (NBC TA 200 (R1) 2016).

Discorrido sobre auditoria interna e externa, aprofunda-se a respeito de auditoria externa, esta que fora utilizado seu parecer como fonte de informação para o presente trabalho.

## 2.11 PRINCIPAIS TESTES REALIZADOS PELA AUDITORIA EXTERNA

Os testes de auditoria buscam a obtenção de razoável segurança e a confirmação de que os procedimentos de controle e escrituração contábil efetuados pelas empresas estão em nível suficiente quanto a exatidão e validade quanto aos normativos previstos.

As Normas Brasileiras de Contabilidade TA 330 (R1) 2016 - Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados dispõe sobre o assunto

Para fins das normas de auditoria, os termos abaixo têm os seguintes significados:

(a) Procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Os procedimentos substantivos incluem:

(i) testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações); e

(ii) procedimentos analíticos substantivos.

(b) Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações. (NBC TA 330 (R1) 2016).

### Quanto aos testes de controle

O auditor deve planejar e realizar testes de controle para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à efetividade operacional dos controles relevantes se:

(a) a avaliação de riscos de distorção relevante no nível das afirmações pelo auditor inclui a expectativa de que os controles estão operando efetivamente (isto é, o auditor pretende confiar na efetividade operacional dos controles para determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos substantivos); ou

(b) os procedimentos substantivos isoladamente não fornecem evidência de auditoria apropriada e suficiente no nível de afirmações.

Ao planejar e executar os testes de controle, o auditor deve obter evidência de auditoria mais persuasiva quanto maior for a sua confiança na efetividade do controle. (NBC TA 330 (R1) 2016).

Há de se observar quanto à natureza, extensão e época dos testes de controle, conforme abaixo

Ao planejar e executar os testes de controle, o auditor deve:

(a) executar outros procedimentos de auditoria juntamente com indagação para obter evidência de auditoria sobre a efetividade operacional dos controles, incluindo:

- (i) o modo como os controles foram aplicados ao longo do período.
  - (ii) a consistência como eles foram aplicados;
  - (iii) por quem ou por quais meios eles foram aplicados;
  - (b) determinar se os controles a serem testados dependem de outros controles (controles indiretos) e, caso afirmativo, se é necessário obter evidência de auditoria que suporte a operação efetiva desses controles indiretos.
- O auditor deve testar os controles para uma data específica ou ao longo do período no qual o auditor pretende confiar nesses controles. (NBC TA 330 (R1) 2016).

Após discorrer sobre auditoria interna e externa, faz-se um comparativo entre as principais diferenças entre auditoria interna e externa.

## 2.12 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA

É possível elencar várias diferenças para auditoria interna e externa, porém tratando-se de forma bastante comum, pode-se definir como sendo a auditoria interna aquela realizada pela própria instituição e a auditoria externa aquela realizada por empresa contratada a fim de validar, quase sempre por determinação legal, as demonstrações contábeis.

Conforme artigo disponibilizado no Portal do Conselho Federal de Contabilidade em sua página de internet, tem-se

Auditoria interna e auditoria externa não se confundem. Apesar de possuírem alguns pontos em comum, são fundamentalmente diferentes e existem com objetivos distintos.

O auditor interno não restringe suas atividades à simples verificação da correta aplicação de normas e procedimentos. Tem a atuação de um consultor para a organização, promovendo medidas de incentivo e propondo aperfeiçoamentos no funcionamento organizacional.

A finalidade do trabalho realizado pelo auditor externo difere da realizada pelo auditor interno na medida em que o seu principal objetivo é a emissão da opinião sobre as demonstrações contábeis, destinado, principalmente, ao público externo (acionistas, credores, Fisco etc.). Na auditoria interna, a preocupação principal é no sentido da elaboração de um relatório que comunique os trabalhos realizados, as conclusões obtidas e as recomendações e providências a serem tomadas pela administração.

Também, pode-se afirmar que a auditoria interna exerce uma auditoria contábil e operacional, enquanto a auditoria independente é somente auditoria contábil.

Ainda, na auditoria externa os trabalhos são realizados esporadicamente, de acordo com as exigências legais ou outras necessidades. Por outro lado, Na auditoria interna, os trabalhos são realizados de forma contínua ao longo do tempo (Conselho Federal de Contabilidade, 2016).

Denota-se tratar de auditoria interna aquela em que os auditores são parte da própria instituição e/ou empresa, e auditoria externa aquela contratada para exercer o trabalho de verificação do objeto de auditoria.

## 2.13 RELATÓRIOS DE AUDITORIA EXTERNA

### 2.13.1 Conceitos

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade TA 700 (2016) os objetivos do auditor são: formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões alcançadas pela evidência de auditoria obtida e expressar claramente essa opinião por meio de relatório por escrito.

O parecer da auditoria externa e/ou dos auditores independentes é a maneira pela qual a equipe de trabalho de auditoria, bem como seus auditores, expressa sua opinião. Tal parecer necessita ser redigido de forma a ser claro e objetivo, relatando se as demonstrações contábeis auditadas atendem ou não a todos os aspectos relevantes abordados pelo trabalho de auditoria.

O auditor deve ter como premissa e atender-se aos Princípios Fundamentais de Contabilidade como definidos e aceitos.

Quanto a formação de opinião há ainda de se observar o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade TA 700 (2016) - Dispõe sobre a Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, conforme abaixo

O auditor deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável  
Para formar essa opinião, o auditor deve concluir se obteve segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Essa conclusão deve levar em consideração:



(a) se, na conclusão do auditor, de acordo com o item 26 da NBC TA 330 – Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados, foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente;

(b) se, na conclusão do auditor, de acordo com o item 11 da NBC TA 450 – Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria, distorções não corrigidas são relevantes, individualmente ou em conjunto; e (c) as avaliações exigidas pelos itens 12 a 15.

O auditor deve avaliar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. Essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos qualitativos das políticas contábeis da entidade, incluindo indicadores de possível tendenciosidade nos julgamentos da administração.

O auditor, especificamente, deve avaliar se, segundo os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável:

- as demonstrações contábeis divulgam apropriadamente as principais políticas contábeis selecionadas e aplicadas. Ao realizar essa avaliação, o auditor deve considerar a relevância das políticas contábeis para a entidade e se elas foram elaboradas de forma compreensível;
- as políticas contábeis selecionadas e aplicadas são consistentes com a estrutura de relatório financeiro aplicável e se são apropriadas;
- as estimativas contábeis feitas pela administração são razoáveis;
- as informações apresentadas nas demonstrações contábeis são relevantes, confiáveis, comparáveis e compreensíveis. Ao realizar essa avaliação, o auditor deve considerar se:
- as informações que deveriam ter sido incluídas foram incluídas e se essas informações estão adequadamente classificadas, individualmente ou em conjunto, e caracterizadas;
- a apresentação geral das demonstrações contábeis foram prejudicadas pela inclusão de informações que não são relevantes ou que obscurecem o devido entendimento dos assuntos divulgados;
- as demonstrações contábeis fornecem divulgações adequadas para permitir que os usuários previstos entendam o efeito de transações e eventos relevantes sobre as informações incluídas nas demonstrações contábeis; e a terminologia utilizada nas demonstrações contábeis, incluindo o título de cada demonstração contábil, é apropriada.

Quando as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com a estrutura de apresentação adequada, a avaliação requerida pelos itens deve incluir, também, se as demonstrações contábeis propiciam uma apresentação adequada. A avaliação do auditor de que as demonstrações contábeis propiciam uma apresentação adequada deve incluir considerações sobre:

(a) a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis; e

(b) se as demonstrações contábeis representam as transações e eventos subjacentes de modo a alcançar uma apresentação adequada.

O auditor deve avaliar se as demonstrações contábeis fazem referência ou descrevem adequadamente a estrutura de relatório financeiro aplicável (NBC TA 700 2016)

## 2.13.2 Tipos de Parecer

São quatro os tipos de parecer elaborados pela auditoria externa, denominados parecer sem ressalva, com ressalva, adverso e com abstenção de opinião. A definição segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade TA 705 (2016) - Dispõe sobre Modificações na Opinião do Auditor Independente, são

**Parecer sem ressalva:** É a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

**Parecer com ressalva:** O auditor deve expressar uma “Opinião com ressalva” quando ele, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou não é possível para ele obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados.

**Parecer adverso:** O auditor deve expressar uma “Opinião adversa” quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.

**Parecer com abstenção de opinião:** O auditor deve se abster de expressar uma opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e ele concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados. (NBC TA 705 - 2016).

Fazem parte do objeto do presente estudo, os pareceres de auditoria externa e os relatórios de administração, depois de conceituado a respeito dos pareceres, passa-se a conceituar os relatórios de administração.

## 2.14 RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO

### 2.14.1 Conceitos

Trata-se de ferramenta disponibilizada pelas empresas, em forma de relatório, que objetiva fornecer informações corporativas aos usuários e investidores. Constitui-se de ferramenta narrativa pelo qual as instituições apresentam notícias e dados referentes à suas atividades. No âmbito do presente trabalho, em que analisamos os

relatórios de administração de Instituições Financeiras no período de 2010 a 2015, tais relatórios devem estar de acordo com exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social de cada instituição analisada.

O objetivo primordial de tais relatórios é fornecer informações úteis e válidas para a tomada de decisão (HENDRIKSEN & VAN BREDA, 1999, p. 99; IUDÍCIBUS, 2000, p. 20).

Há de ressaltar que os usuários das informações oriundas de tais relatórios de administração, anseiam por informações objetivas e de fácil entendimento, uma vez que por meio de tais dados avaliam a real situação de uma determinada entidade a fim de que possam emitir uma posição e/ou tomar uma decisão confiável.

Segundo Silva et al (2007)

Assim, o conjunto de informações que os administradores fornecem aos acionistas, credores e comunidade em geral representam os Documentos da Administração, conforme previsto no art. 133 da Lei 6.404 (Brasil, 1976); tal conjunto é composto pelo Relatório da Administração (RA), pelas Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos, Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) com Notas Explicativas e pelo Parecer dos Auditores Independentes. O Relatório da Administração não faz parte das demonstrações financeiras propriamente ditas, mas esta lei exige a apresentação desse relatório, que deve evidenciar os negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimento de lucros, entre outros.

Este Relatório, por ser menos técnico e mais descritivo que os outros documentos, tem forte poder de comunicação, podendo prestar conta dos atos praticados e apresentar expectativas sobre desempenhos futuros. (SILVA et al, 2007, p. 73)

O Relatório da Administração dispõe sobre os resultados atingidos. Por meio dele são divulgadas informações que tornam possível conhecer a Instituição, bem como seus objetivos e políticas em conjunto às demonstrações contábeis e notas explicativas existentes nas Demonstrações Financeiras. O Relatório da Administração descreve como vem sendo conduzida pela administração a utilização dos recursos que a mesma dispõe para o atendimento de seus objetivos. Porém tais relatórios,

muitas vezes, possuem viés de otimismo exagerado, conforme Ludícibus (2000, p. 20), o qual dispõe que os relatórios de administração "normalmente são enviesados pelo lado do otimismo inconsequente, sendo comuns frases com esta: 'Confiamos que continuaremos a apresentar um desenvolvimento favorável de nossas operações no futuro' e outras do gênero".

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Há de se classificar a presente pesquisa quanto a metodologia e os procedimentos atualizados, a seguir caracteriza-se a mesma quanto aos objetivos, procedimentos, abordagem do problema e demais aspectos quanto a metodologia de pesquisa.

#### 3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

A presente pesquisa que proporcionará o embasamento para discussão dos fatos do ponto de vista da abordagem com relação ao objetivo de estudo trata-se de uma pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. (BEUREN et al., 2012, p. 81)

Uma vez que serão comparados os relatórios de administração das instituições financeiras e seus relatórios de auditoria, afim de que se possa identificar se a divergências entre os mesmos.

A pesquisa se inicia com o exame da literatura sobre o tema e para a realização do estudo, buscam-se os relatórios de administração e os pareceres de auditoria das cinco maiores instituições Financeiras no Brasil conforme já classificadas anteriormente.

Uma pesquisa descritiva conforme Silva e Menezes (2001, p. 20) é aquela que visa descrever as características do seu objeto de estudo.

Para Gil (2009, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Busca-se verificar se é possível evidenciar de forma comparativa as divergências entre o relatório de administração e o parecer de auditoria de instituições financeiras de grande porte no período de 2010 a 2015.

### 3.2 TIPOLOGIA DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Utiliza-se de pesquisa bibliográfica para conceituar a área objeto de estudo, ou seja, instituições financeiras, as definições de auditoria, especificamente auditoria externa, o sistema financeiro brasileiro, as empresas de capital aberto e sua obrigatoriedade em terem suas demonstrações auditadas bem como a divulgação de tais dados ao mercado, e por consequente qual o mercado regulatório em tais empresas estão inseridas.

Para Gil (1991, p. 44) a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livro e artigos científicos”.

Lakatos e Marconi (2009, p.43 – 44), enfatizam que a pesquisa bibliográfica “trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”.

Trata-se de pesquisa documental, que segundo Silva e Menezes (2005, p. 21) ocorre quando é elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico. Os relatórios de auditoria e parecer de administração serão obtidos junto à área de relacionamento com investidores disponíveis nas páginas da internet das instituições financeiras objeto do estudo.

Por meio do referencial teórico que dá suporte a este estudo e para atingir os objetivos propostos, os relatórios de administração e os pareceres de auditoria serão analisados, a fim de que se possa esclarecer se há divergências entre os mesmos.

### 3.3 TIPOLOGIA DE PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA

Uma pesquisa qualitativa para Silva e Menezes (2005, p. 20) é aquela cuja interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados é básica no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave.

### 3.4 DEMAIS ASPECTOS QUANTO A METODOLOGIA

Evidencia-se uma pesquisa dedutiva conforme Silva e Menezes (2005, p. 25, apud GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993), pelo objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão. Usa o silogismo, construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão.

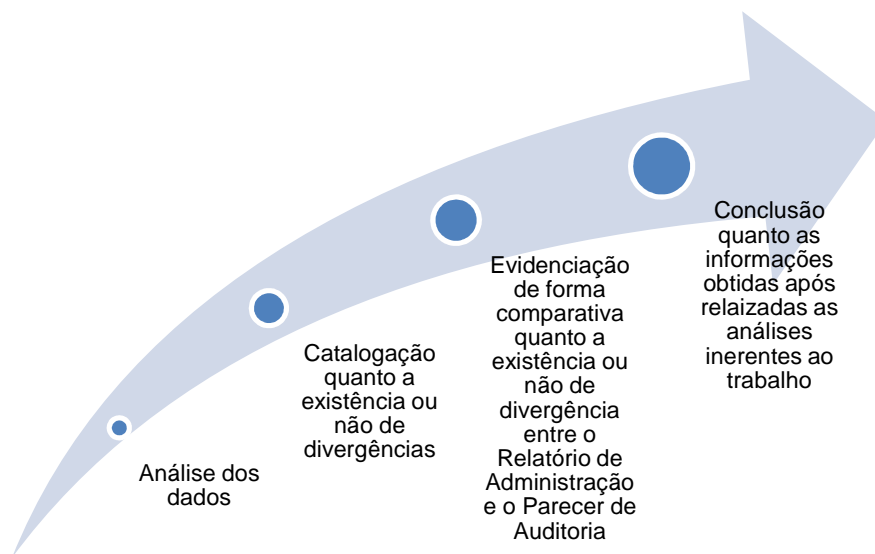
Uma pesquisa aplicada segundo Silva e Menezes (2001, p. 20) é aquela que visa gerar conhecimentos para a solução de um problema específico, portanto será assim caracterizada, ao ser específico na área de auditoria.

Como já são divulgados ao mercado, o relatório de administração e os pareceres de auditoria, classificam-se os como dados secundários. Segundo Mattar (2005, p. 159) “são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, com outros propósitos de atender às necessidades da pesquisa em andamento”.

Por tratar-se de dados passados, referentes ao período de 2010 a 2015 caracteriza-se uma pesquisa *ex-post-facto* que segundo Silva e Menezes (2005, p. 25) é quando o “experimento” se realiza depois dos fatos. Verifica-se também ser de cunho longitudinal uma vez que os dados analisados são de um determinado período de tempo, e não de um único instante.

O fluxo para realização do presente trabalho ocorreu conforme mostra figura abaixo:

FIGURA 1 – FLUXO DA REALIZAÇÃO DO TRABALHO



FONTE: Elaborado pelo autor.



## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fim de se obter base para buscar respostas para o problema de pesquisa, efetuou-se a leitura e análise dos relatórios de administração e dos pareceres de auditoria das cinco maiores instituições financeiras do país, no período compreendido como objeto de estudo. Buscou-se tratar de forma comparativa, nos mesmos quesitos as informações dispostas para as instituições financeiras.

Ressalta-se que todas as informações obtidas nas tabelas abaixo, foram retiradas em sua totalidade e de forma íntegra de relatórios das próprias instituições financeiras. Tais relatórios são de acesso público, disponíveis na área de relação com investidores, por meio de páginas da internet mantidas pelas instituições financeiras abordadas no presente estudo. Em nenhum momento as informações dispostas em tabela, dizem respeito à opinião do próprio autor, nem mesmo foram por ele formuladas.

Catalogar os dados em tabela é uma forma meramente didática de melhor expor as informações obtidas.

### 4.1 RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

#### 4.1.1 Banco do Brasil S.A

Sintetiza-se na tabela abaixo, as informações relevantes para o presente trabalho, obtidas em consulta aos relatórios de administração do Banco do Brasil S.A para o período de 2010 a 2015.

QUADRO 1 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO BB

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO BB
Itens a serem destacados
Ambiente Macro Econômico / Principais Destaques

2010	<p>- Bom desempenho dos mercados de trabalho, cuja geração de emprego foi recorde em 2010, e de crédito, principais vetores de impulso à demanda doméstica.</p> <p>- A evolução da demanda, aliada a choques de oferta vindos de alimentos, elevou a inflação medida pelo IPCA (índice que serve de parâmetro para o sistema de metas para inflação) em 2010 para 5,9% valor acima do centro da meta (4,5%).</p> <p>- Com lucro líquido de 11,7 bilhões e ativos totais de 811,2 bilhões, o BB encerrou 2010 como líder no Sistema Financeiro Nacional, destacando sua atuação no crédito com 19,8% de participação de mercado. Essa liderança foi alcançada devido à ênfase no financiamento a pessoas físicas, especificamente crédito consignado, financiamento a veículos e financiamento imobiliário. Além de manter-se como líder de mercado, o foco em pessoas físicas contribuiu para o crescimento da margem financeira do Banco, com melhoria na qualidade de sua carteira.</p> <p>- Em abril de 2010, o Banco do Brasil assinou o contrato para aquisição do controle acionário do Banco Patagônia da Argentina.</p>
2011	<p>- O contínuo processo de elevação da taxa básica de juros observados até meados do ano deu lugar a um novo ciclo de flexibilização monetária a partir de agosto, o qual também foi facilitado por condições fiscais mais favoráveis. Com isso, a taxa Selic, que atingiu 12,5% a.a. em julho, encerrou o ano em 11,0% a.a, mesmo em um ambiente de forte pressão sobre os preços, cuja taxa de inflação, medida pelo IPCA, finalizou o período em 6,5%. Assim, 2011 configurou-se como o oitavo ano consecutivo de cumprimento da meta de inflação.</p> <p>- Ainda que os canais de transmissão da crise externa tenham proporcionado um menor dinamismo da economia brasileira, principalmente na parte final do ano, 2011 foi caracterizado por taxas de desemprego em patamares mínimos, elevada geração líquida de empregos formais e importantes ganhos reais de renda.</p>
2012	<p>- A economia brasileira, mesmo que reconhecidamente mais resiliente aos problemas externos, não passou incólume à desaceleração do crescimento mundial, requerendo do Governo a implementação de medidas, tanto fiscais como monetárias e creditícias, de estímulo à economia. Nessa conjuntura, a inflação desacelerou em relação ao ano anterior, com a variação acumulada em 12 meses do IPCA, encontrando-se dentro do intervalo de metas. A redução da taxa Selic para o histórico patamar de 7,25% a.a. e a queda dos spreads bancários promoveram importante redução do custo dos empréstimos ao tomador final.</p> <p>- Início das atividades do Banco Postal na rede de atendimento BB, no dia 02.01.2012;</p> <p>- Aquisição, em 19.01.2012, da totalidade das ações do <i>EuroBank</i>.</p>
2013	<p>- A economia brasileira continuou sendo afetada pelas incertezas do ambiente externo. O início do programa de investimentos em infraestrutura brasileiro trouxe perspectivas positivas para o aumento da capacidade de oferta no médio prazo e expressiva produção agropecuária, mas o Produto Interno Bruto não apresentou taxas robustas de crescimento.</p> <p>- Conclusão em janeiro da maior captação no mercado externo de capitais sob a forma de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de US\$ 2,0 bilhões, sendo US\$ 1,950 bilhões considerado elegível pelo Bacen, em outubro, para compor o Capital Complementar de Nível I, atendendo aos requisitos de Basileia III.</p> <p>- Realização em abril de oferta pública de ações da BB Seguridade, <i>holding</i> que centraliza participações em empresas do segmento de seguros, previdência privada e capitalização. A oferta pública inicial secundária – maior do mundo em 2013 – foi de 675 milhões de ações ordinárias, relativas à oferta base e aos lotes complementar e adicional. As ações da BB Seguridade começaram a ser negociadas em bolsa no dia 29.04.2013, listadas no Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA, com o preço definido em R\$ 17,00 por ação, gerando uma receita bruta para o BB de R\$ 11,475 bilhões.</p>

2014	<p>- Mesmo em meio às complexidades do cenário internacional, a economia brasileira retomou uma trajetória moderada de crescimento no 2º semestre de 2014, ancorada em condições favoráveis do mercado de trabalho, com geração de empregos, continuidade do processo de formalização e expansão dos salários reais. O mercado de crédito evoluiu em ritmo compatível com a atividade econômica, sustentado pela solidez do sistema financeiro. Ante o processo de realinhamento de preços relativos, decorrente da maior desvalorização cambial e do reajuste de preços administrados, o Banco Central retomou o ciclo de elevação da taxa básica de juros.</p> <p>- Encerramento, em junho, do plano safra 2013/2014, com o maior desembolso da história, totalizando R\$ 76,3 bilhões.</p>					
	<p>- Na economia brasileira, o ano de 2015 foi caracterizado por ajustes, em especial nos planos fiscal e monetário, com efeitos adversos sobre a atividade econômica. O desaquecimento do mercado de trabalho, a queda do nível de confiança dos agentes, o alto nível de estoques e a desaceleração no mercado de crédito foram elementos que compuseram o quadro econômico mais desafiador. Mesmo diante do ambiente recessivo, a inflação ao consumidor manteve-se pressionada, principalmente em função de reajustes de preços administrados e também pela desvalorização do real. Adicionalmente, as expectativas inflacionárias mantiveram-se desancoradas do centro da meta. Assim, o Banco Central deu continuidade ao ciclo de ajuste da taxa básica de juros (Selic) ao longo do ano, estabilizando-a em 14,25% a.a.</p> <p>- Alcançou-se a marca de 180 mil beneficiários que se utilizaram do Portal de Solução de Dívidas, que permite a clientes Pessoas Físicas e Micro e Pequenas Empresas repactuarem suas dívidas atrasadas diretamente pela internet.</p>					
Desempenho Econômico / Grandes Números						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro Líquido	R\$ 11,7 bilhões	R\$ 12,1 bilhões	R\$ 12,2 bilhões	R\$ 15,8 bilhões	R\$ 11,2 bilhões	R\$ 14,1 bilhões (individual) R\$ 14,4 bilhões (consolidado) (*)
Ativos Totais	R\$ 811,2 bilhões	R\$ 981,2 bilhões	R\$ 1,2 trilhão	R\$ 1,3 trilhão	R\$ 1,4 trilhão	R\$ 1,51 trilhão (individual) R\$ 1,40 trilhão (consolidado)
Carteira de Crédito	R\$ 358,4 bilhões	R\$ 465,1 bilhões	R\$ 581 bilhões	R\$ 693 bilhões	R\$ 761 bilhões	R\$ 699 bilhões (individual) R\$ 718 bilhões (consolidado)
Desempenho dos Papéis						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor de Mercado (carteira teórica IBOVESPA)	R\$ 89,9 bilhões	R\$ 67,9 bilhões	R\$ 73,0 bilhões.	R\$ 69,9 bilhões	R\$ 68,1 bilhões	R\$ 41,1 bilhões

FONTE: Banco do Brasil, (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

Há de se fazer uma ressalva quanto às informações dispostas como Lucro Líquido consolidado para esta Instituição financeira no ano de 2015. Trata-se da seguinte:

(\*) A partir do exercício de 2015, e em conformidade com o artigo 249 da Lei n.º 6.404/1976 e CPC 36 – Demonstrações Contábeis Consolidadas (R3), as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil passaram a ser apresentadas abrangendo o BB Banco Múltiplo e suas entidades controladas, conforme descrito na nota explicativa 3 (Apresentação das Demonstrações

Contábeis). Até então, o Consolidado Banco do Brasil era composto, além do BB Banco Múltiplo e suas controladas, das entidades controladas em conjunto e de algumas coligadas. As notas explicativas n.º 3 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), n.º 4 (Resumo das Principais Práticas Contábeis), n.º 5 (Informações por Segmento) e n.º 14 (Investimentos), foram elaboradas para apresentar de forma comparativa os impactos e as explicações pertinentes a essa mudança, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. (Banco do Brasil – Relatório de Administração, 2010-2015).

Denota-se de forma geral em grandes números, um contínuo incremento no resultado e nos valores totais da instituição que possui como maior acionista o governo federal, fruto da política governamental de estímulo ao consumo e consequente expansão de participação no mercado das empresas por ele administradas.

#### 4.1.2 Itaú Unibanco

Resume-se na tabela abaixo, as informações relevantes para o presente trabalho, obtidas em consulta aos relatórios de administração do Itaú Unibanco para o período de 2010 a 2015.

QUADRO 2 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO ITAÚ UNIBANCO

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO ITAÚ UNIBANCO
Itens a serem destacados
Ambiente Macroeconômico / Principais Destaques

2010	<p>- No quarto trimestre, os números de atividade econômica internacional surpreenderam positivamente, ainda que de maneira diferenciada. A Europa ainda enfrenta recessão, enquanto os países emergentes apresentam economias superaquecidas. A inflação internacional voltou a subir, pressionada pela elevação dos preços das commodities. Esse contexto internacional de recuperação do crescimento, com preços de exportações subindo, preços de importações caindo e consequente valorização do real explicam boa parte da composição do crescimento do Brasil em 2010. A demanda interna supera o PIB desde 2009 e a inflação continuou em elevação. Nos quatro trimestres terminados no terceiro trimestre de 2010, a demanda foi 2,2% maior que o PIB, sendo esta diferença atendida pelo déficit em conta corrente e a redução de estoques na economia.</p> <p>O crescimento da demanda interna foi impulsionado pelo crescimento das despesas públicas e pela maior disponibilidade de crédito oferecida pelos bancos oficiais.</p> <p>- No primeiro trimestre de 2010, foi definida e divulgada a nova Visão do Itaú Unibanco: Ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes. Em junho, foi apresentado o novo conceito de relacionamento com os clientes, mais focado na consultoria financeira e oferta educativa de produtos.</p> <p>- Associado a práticas mais conservadoras de créditos adotadas a partir de 2009 e a expansão das operações de créditos, especialmente da carteira de Pessoa Jurídica, o Itaú Unibanco obteve em 2010 uma melhora significativa no seu índice de inadimplência, atingindo 4,2% em dezembro de 2010, uma redução de 1,4 ponto percentual em relação a 2009. Como reflexo, o Itaú Unibanco apresentou uma redução relevante nas despesas de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e aumento na recuperação de créditos baixados como prejuízo</p>
2011	<p>- No cenário doméstico, consolidou-se a tendência de desaceleração da atividade econômica. Esse arrefecimento é consequência do aperto fiscal e monetário realizado entre o final de 2010 e meados de 2011, mas também reflete a recente deterioração do cenário econômico global. As expectativas dos consumidores e empresários permaneceram em níveis inferiores àqueles verificados no passado recente.</p> <p>- O total do valor adicionado do Itaú Unibanco, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 36,8 bilhões em 2011.</p> <p>- Pela 8ª vez consecutiva, a marca Itaú foi reconhecida como a mais valiosa no Brasil.</p>
2012	<p>- No cenário doméstico, o crescimento ficou menor que a expectativa. O Produto Interno Bruto deve encerrar 2012 próximo a 1,0%. Em particular, houve queda da produção industrial e do investimento, que declinou em setembro pelo quinto trimestre consecutivo, inibido pela incerteza elevada quanto à evolução do cenário doméstico e externo. Devido aos estímulos monetários e fiscais em vigor e à estabilização do quadro externo, o Brasil deve apresentar crescimento mais elevado em 2013, em torno de 3,2%.</p> <p>- O índice de eficiência atingiu 45,4% no acumulado do ano de 2012, frente aos 47,3% obtidos no mesmo período de 2011. A redução de 1,9 p.p. é resultado dos esforços do nosso Projeto Eficiência iniciado em 2011. Nesse contexto, quanto menor for esse número, calculado com base na receita gerada e nos custos operacionais, mais estaremos preparados para competir em um cenário de menores taxas de juros.</p> <p>- O total do nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 37,0 bilhões em 2012.</p>

2013	<p>- No cenário doméstico, o crescimento do PIB em 2013 deve ficar próximo a 2,2%, valor acima do alcançado em 2012, mas abaixo do esperado no início do ano. Apesar da atividade moderada, o desemprego manteve-se perto dos mínimos históricos, devido à menor procura por trabalho.</p> <p>Ao longo do ano de 2013, o BACEN elevou a taxa básica de juros em 275 pontos base. Em janeiro de 2014, o BACEN voltou a elevar a taxa Selic em 50 pontos base, mas sinalizou que o fim do ciclo de alta de juros está próximo. O IPCA ficou praticamente estável e terminou o ano de 2013 em 5,9%. O real perdeu valor frente ao dólar, e a taxa de câmbio terminou o ano em R\$ 2,36/US\$. O BACEN implementou um programa de vendas de <i>swaps</i> para evitar uma depreciação mais intensa.</p> <p>- Nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 44,7 bilhões em 2013 (desconsidera o efeito fiscal do <i>hedge</i>), um aumento de 16,2% em relação a 2012. Este resultado refere-se ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.</p>
2014	<p>- A atividade econômica apresentou-se abaixo do esperado, com redução da confiança de consumidores e empresários. O crescimento do PIB em 2014 deve ficar próximo a 0,1%. As concessões de crédito, baseadas em dados do BACEN, recuaram 0,9% em termos reais no acumulado em 12 meses até dezembro de 2014. O estoque de crédito como proporção do PIB aumentou de 56,1% em dezembro de 2013 para 58,9% em dezembro de 2014, mas o crescimento real do estoque de crédito desacelerou de 8,3% para 4,6% no mesmo período. A inadimplência do sistema permaneceu praticamente estável ao longo do ano e se encontra em 2,9%. O real terminou o ano em R\$ 2,66/US\$, desvalorizando 13,4% no ano frente ao dólar. A taxa de câmbio foi pressionada tanto por fatores externos, como o fortalecimento do dólar frente às outras moedas e a queda nos preços de <i>commodities</i>, quanto por fatores domésticos, como a elevação do déficit em conta corrente. O programa de vendas de <i>swaps</i> do BACEN evitou uma depreciação mais intensa no ano. A inflação medida pelo IPCA acumulado em 12 meses alcançou 6,4% em dezembro, com altas de 6,7% dos preços livres e 5,3% dos preços administrados. Frente à inflação pressionada, o BACEN retomou o ciclo de aumento da taxa Selic em outubro. Ao longo de 2014, a taxa básica de juros aumentou 175 pontos base e encerrou o ano em 11,75%.</p> <p>- Em 2014 completamos 90 anos, um marco em nossa história.</p> <p>- Nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 53,2 bilhões em 2014 (desconsidera o efeito fiscal do <i>hedge</i>), um aumento de 19,0% em relação a 2013. Este resultado refere-se ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.</p>
2015	<p>- No cenário doméstico, o PIB contraiu novamente no período de janeiro a setembro de 2015, apresentando redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desemprego passou de 4,9% em novembro de 2014 para 7,5% em novembro de 2015. A inflação acumulou 10,67% em 2015. O BACEN elevou os juros para 14,25% em julho de 2015 e os manteve estáveis pelo resto do ano. O déficit primário acumulado no ano alcançou 0,7% do PIB em novembro de 2015, frente a um déficit de 0,4% do PIB no mesmo período de 2014. O déficit em conta corrente, por sua vez, vem diminuindo em função do câmbio mais depreciado e da contração da atividade. O déficit nas contas externas caiu de 4,3% do PIB em 2014 para 3,3% do PIB em 2015. O dólar valorizou 47% frente ao real em 2015, fechando o ano em R\$ 3,90. O país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões.</p> <p>- Nova estrutura na direção do Itaú Unibanco <i> Holding</i>.</p> <p>- Nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 59,5 bilhões em 2015 (desconsidera o efeito fiscal do <i>hedge</i>), um aumento de 7,6% em relação a 2014. Este resultado refere-se ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.</p>
Desempenho Econômico / Grandes Números	

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro Líquido	R\$ 13,3 bilhões	R\$ 14,6 bilhões	R\$ 13,6 bilhões	R\$ 16,5 bilhões	R\$ 20,2 bilhões	26,2 bilhões
Ativos Totais	R\$ 755,1 bilhões	R\$ 851,3 bilhões	R\$ 1,0 trilhão	R\$ 1,1 trilhão	R\$ 1,21 Trilhão	R\$ 1,2 trilhão
Carteira de Crédito	R\$ 335,5 bilhões	R\$ 397,0 bilhões	R\$ 426,6 bilhões	R\$ 411,7 bilhões	R\$ 525,5 bilhões	R\$ 548,5 bilhões
Desempenho dos Papéis						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor de Mercado (carteira teórica IBOVESPA – cotação de fechamento)	Ações PN ITUB4 R\$ 39,79	Ações PN ITUB4 R\$ 33,99	Ações PN ITUB4 R\$ 33,33	Ações PN ITUB4 R\$ 31,35	Ações PN ITUB4 R\$ 34,72	Ações PN ITUB4 R\$ 35,54
	Ações ON ITUB3 R\$ 31,00	Ações ON ITUB3 R\$ 27,01	Ações ON ITUB3 R\$ 31,02	Ações ON ITUB3 R\$ 29,45	Ações ON ITUB3 R\$ 31,90	(*)prejudicado

FONTE: ITAÚ-UNIBANCO<sub>a</sub>(2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

(\*) Não encontrada pelo autor a informação no relatório de administração para o período de estudo. Não se buscou outra fonte, uma vez que o presente estudo aborda de forma comparativa os dados de relatório de administração e parecer de auditoria disponibilizados pelas instituições financeiras, como escopo deste estudo.

De maneira semelhante à primeira instituição financeira já citada, o Itaú Unibanco, maior banco privado do país também demonstra em seus relatórios um contínuo incremento no resultado de suas atividades, fato este demonstrado por meio dos valores divulgados ao mercado como resultado de suas atividades.

#### 4.1.3 Bradesco

Temos na tabela abaixo, as informações relevantes para o presente trabalho, obtidas em consulta aos relatórios de administração do Banco Bradesco para o período de 2010 a 2015.

QUADRO 3 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO BRADESCO

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO BRADESCO
Itens a serem destacados



Ambiente Macro Econômico / Principais Destaques	
2010	<p>- O ano 2010 ficou caracterizado pela retomada do crescimento econômico mundial, embora em ritmo moderado e desigual entre os países. Se, por um lado, algumas nações desenvolvidas ainda terão de equacionar algumas dificuldades, geradas pela desestabilização econômica, ocorrida no biênio 2008/2009, por outro, ficou a nítida percepção de que esse cenário abre novas oportunidades para os países emergentes, particularmente aqueles, como o Brasil, em que o ambiente democrático esteja consolidado e o setor empresarial tenha alcançado porte compatível com os novos desafios. A economia brasileira, já no final de 2009, voltava a apresentar fundamentos sólidos para a retomada do crescimento, o que se confirmou no encerramento de 2010, marcado por uma expansão robusta do PIB, que atingiu a maior taxa registrada desde 1985.</p> <p>- Entre os eventos mais relevantes de 2010, destacam-se: a) o expressivo volume de concessão de crédito que evoluiu 20,75%, comparado a 2009, e a recuperação de créditos vencidos, 57,94% superior em relação ao ano anterior; b) a ampliação da Rede de Atendimento, presente em todos os municípios brasileiros, com a inauguração de 178 Agências; c) a reestruturação das unidades no Exterior, para responder adequadamente às demandas dos mercados internacionais; d) a presença do Bradesco como coordenador líder no processo de capitalização da Petrobras, maior operação dessa natureza nos mercados de ações do Brasil e do mundo; e) aquisição da totalidade do capital social do Ibi Services, no México, sendo parte do negócio a parceria com a C&amp;A desse País; f) parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para a criação e administração de uma bandeira brasileira de cartões – a ELO; g) a permanência do Bradesco no <i>Dow Jones Sustainability World Index</i> também no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE; h) sob o aspecto de responsabilidade socioambiental, o lançamento, em Braille, do Código de Ética Corporativo da Organização Bradesco.</p>



- No encerramento do exercício de 2011, o cenário econômico global continuava caracterizado por sinais de desaceleração e existência de riscos, principalmente nos países desenvolvidos. Índices de acomodação na economia norte-americana têm sido rapidamente neutralizados por embates de natureza política, às vésperas das eleições presidenciais de 2012. Na Europa, a experiência de uma união monetária e aduaneira que não evoluiu para uma união política e fiscal poderá exigir maior esforço de determinados governos para a solução das dificuldades atuais. Envolvidos e, ao mesmo tempo, beneficiados pela inédita e crescente onda de transparência que caracterizou as nações desenvolvidas nas últimas décadas, os países emergentes têm sido capazes de adotar, tempestivamente, medidas preventivas adequadas para evitar os supostos erros cometidos por aquelas e permitir ajustes mais rápidos e menos onerosos em suas políticas cambial, fiscal e monetária. Sob essa conjuntura, que em parte afetou as previsões mais otimistas sustentadas no início de 2011, pode-se contemplar com relativa tranquilidade o desempenho e o potencial do Brasil no campo socioeconômico. Com a marca histórica que supera 50% de sua população integrada à classe média, o País encontrou no mercado interno um poderoso aliado para manter o crescimento no biênio 2011/2012, ainda que em níveis menores do que os observados em 2010. Por outro lado, o reconhecimento mundial da maturidade do regime democrático, da liberdade de expressão, da independência da Justiça e a expansão do consumo, converteram o Brasil em um destino preferencial de investimentos diretos estrangeiros.

- Para a Organização Bradesco, o ano de vida foi movido por importantes realizações e progressos, sobressaindo: a) inauguração de 1.009 Agências com o que elevou para 9.063 o número de Agências e Postos de Atendimento em todo o território nacional, o que demonstra a amplitude e solidez da estrutura do Banco e sua confiança no Brasil, além da determinação para investir; b) a aquisição do controle acionário do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BERJ, que viabilizou ao Bradesco prover o pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores do Governo e que mobilizou equipes de funcionários de todo o País, transformando o cadastramento de mais de 400 mil contas em grande momento para a expansão dos negócios do Banco naquele Estado; c) a criação da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., uma subsidiária do Banco, com o objetivo de consolidar a gestão de ativos imobiliários da Organização Bradesco, com um portfólio de 840 imóveis. No campo dos reconhecimentos, pode-se destacar: a) a permanência do Bradesco no Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, da Bolsa de Nova York; b) no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA; e c) o reconhecimento, por consultoria abalizada, da marca “Bradesco” como a mais valiosa do País. Também foi significativa a elevação, em agosto, de 10% no valor dos dividendos que o Banco paga mensalmente.

2012	<p>- Em meados de 2012 os principais bancos centrais do mundo, de maneira atípica e contundente, renovaram ou ampliaram o compromisso em prover liquidez aos mercados, o que contribuiu determinantemente para reduzir os riscos de eventos extremos no cenário internacional. Por outro lado, a necessidade de ajustes fiscais nos EUA e na Europa mantém um viés de baixa para o crescimento global em 2013. O Brasil não está imune a esse contexto global, apesar dos avanços nos fundamentos macroeconômicos observados nos últimos anos. Contudo, o País começa a colher os frutos da maior margem de manobra anticíclica que tem comparativamente a outras nações. As várias medidas de estímulo adotadas nos últimos meses já estão surtindo efeitos visíveis em termos de retomada da atividade econômica, ao mesmo tempo em que alguns passos importantes estão sendo dados para melhorar a infraestrutura, ajustar distorções tributárias e elevar a eficiência do setor produtivo, temas relevantes para o aumento do crescimento da economia.</p> <p>- O ano de 2012 apresentou um cenário bastante desafiador. É importante que se avaliem as mudanças percebidas no sistema financeiro, em razão do período vivido pelo setor nos últimos anos. Diante disso, as instituições têm redobrado a atenção no fluxo das operações, ao mesmo tempo em que ampliam o leque de serviços gerais oferecidos aos clientes. Entre os acontecimentos que marcaram 2012, ressaltam-se: o início das atividades da subsidiária Bradesco <i>Securities Hong Kong Limited</i>, em <i>Hong Kong</i>, na China, ampliando nossos canais de distribuição internacional; o início das operações de ADRs – <i>American Depositary Receipts</i> lastreados em Ações Ordinárias na Bolsa de Valores de Nova York, EUA, onde o Bradesco passa a ter suas ações tanto PN como ON negociadas; a inauguração do Bradesco <i>Next</i>, o banco do futuro, espaço de vanguarda para apresentação e experimentação de novas tecnologias e serviços no atendimento aos clientes; a escolha das ações ON do Bradesco para compor o Índice MSCI Brasil, provedora líder de ferramenta para dar suporte a decisões de investimento; e a permanência no <i>Dow Jones Sustainability World Index</i> no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).</p>
2013	<p>- Sob o ponto de vista conjuntural, e com foco nos serviços financeiros e em seguros, há uma expectativa otimista para os próximos anos e não somente nos setores em que a Organização desenvolve suas principais atividades. O volume das operações de crédito tende a continuar evoluindo em ritmo sustentável, com menor exposição a riscos, impulsionado pelo aumento de renda e pela criação de empregos, que também impactam positivamente o mercado de seguros. Nesse contexto, a economia brasileira deverá ganhar impulso, fundamentando-se, além do consumo das famílias, nos investimentos produtivos, intensificados pelo programa de concessões públicas na área de infraestrutura e pelos grandes eventos esportivos que acontecerão no Brasil em 2014 e 2016.</p> <p>- O Bradesco foi escolhido, pelo 8º ano seguido, para integrar a carteira do seletor grupo de empresas que compõem o <i>Dow Jones Sustainability Indexes</i>, e, pelo 9º ano consecutivo, incluído na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&amp;FBovespa.</p>
2014	<p>- O Brasil vivenciou, em 2014, mais um momento de sua bem consolidada democracia, ao promover eleições de grande repercussão na opinião pública – envolvida pelo vigor das campanhas e acirrada disputa nas urnas. Cabe agora, aos agentes econômicos, revisitar projeções e estratégias, emoldurando mudanças que possam conduzir o País a um salto de desenvolvimento.</p> <p>- No Bradesco, dentre os eventos mais significativos do exercício, cabe destacar a sua permanência no seletor grupo de participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&amp;FBovespa, e no Índice <i>Dow Jones</i> de Sustentabilidade, da Bolsa de Nova York, que integra pelo nono ano consecutivo; e o lançamento da Stelo S.A. – empresa de meios de pagamento –, bem como da Livel S.A., que cuidará de negócios ligados a programa de fidelidade por coalizão, ambos em conjunto com o Banco do Brasil. Também dignas de registro foram a inauguração do segundo Posto de Atendimento Fluvial no Rio Solimões, alcançando 11 cidades ribeirinhas, numa extensão de 1.600 km, e a criação da primeira agência na comunidade Vila Kennedy, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, voltada para a inclusão financeira de cerca de 130 mil habitantes.</p>

2015	<p>- Em 2015, o cenário econômico mundial foi marcado pela divergência entre a trajetória de crescimento dos países desenvolvidos, em especial os EUA, e das economias emergentes, notadamente a China. Esse comportamento poderá se repetir em 2016, mantendo elevada a volatilidade dos mercados internacionais. De um lado, a retomada do PIB norte-americano vem contribuindo para o fortalecimento do dólar em relação às demais moedas. De outro, a China deverá manter a trajetória atual de desaceleração, sustentando a pressão sobre o preço das commodities.</p> <p>Nesse contexto, o Brasil tem sido capaz de obter êxito em algumas importantes dimensões do ajuste macroeconômico em curso. A desvalorização do câmbio favoreceu a redução do déficit nas transações correntes, enquanto o realinhamento dos preços administrados e o aperto das condições monetárias devem permitir a convergência da inflação para o centro da meta nos próximos anos. No entanto, ainda que a política fiscal tenha apresentado sinais de progresso, a atividade econômica segue enfraquecida, dificultando atingir as metas necessárias para a estabilização da dívida pública como proporção do PIB.</p> <p>- Entre os eventos de maior relevância em 2015, ressalta-se a assinatura do contrato de compra e venda de ações com o <i>HSBC LatinAmerica Holdings (UK) Limited</i> para aquisição de 100% do capital social do HSBC no Brasil. A operação, sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, reafirma os nossos objetivos de fortalecer a presença e a atuação do Bradesco no mercado.</p>					
	Desempenho Econômico / Grandes Números					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro Líquido Contábil	R\$ 10,022 bilhões	R\$ 11,028 bilhões	R\$ 11,381 bilhões	R\$ 12,011 bilhões	R\$ 15,089 bilhões	R\$ 17,873 bilhões
Ativos Totais	R\$ 637,485 bilhões	R\$ 761,533 bilhões	R\$ 879,092 bilhões	R\$ 908,139 bilhões	R\$ 1,032 trilhão	R\$ 1,080 trilhão
Carteira de Crédito	R\$ 230,614 bilhões	R\$ 268,668 bilhões	R\$ 290,960 bilhões	R\$ 427,273 bilhões	R\$ 455,1 bilhões	R\$ 474 bilhões

Desempenho dos Papéis						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor de Mercado (carteira teórica IBOVESPA – cotação de fechamento)	Ações PN R\$	Ações PN R\$	Ações PN R\$	Ações PN R\$	Ações PN R\$	Ações PN R\$
	32,65	30,75	31,97	29,09	29,07	19,28
	Ações ON R\$	Ações ON R\$	Ações ON R\$	Ações ON R\$	Ações ON R\$	Ações ON R\$
	25,70	25,29	30,86	31,95	28,45	20,50

FONTE: Bradesco<sub>b</sub> (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

A segunda maior instituição financeira privada do país também demonstra em seus relatórios uma sequência de incremento em seus resultados divulgados ao mercado, como consequência dos bons momentos vivenciados pela economia local, em especial após a crise econômica mundial de 2008.

#### 4.1.4 Caixa Econômica Federal

Temos na tabela abaixo, as informações relevantes para o presente trabalho, obtidas em consulta aos relatórios de administração da Caixa Econômica Federal para o período de 2010 a 2015.

A Caixa Econômica Federal, devido a particularidades inerentes a esta empresa, tem algumas informações dispostas de forma diferente em seus relatórios, e conseqüente na síntese utilizada para o presente estudo, como podemos ver destacou-se as informações de cunho social utilizadas por esta instituição, como os valores de FGTS que esta mantém sob sua custódia.

QUADRO 4 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
Itens a serem destacados	
Ambiente Macroeconômico / Principais Destaques	
2010	<p>- A Poupança CAIXA é o destino das economias de mais de 40 milhões de poupadores no País. Atualmente, acolhe mais de R\$ 129 bilhões em depósitos e se mantém líder no mercado.</p> <p>No Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, lançado em 2009 pelo Governo Federal e com a meta de financiar um milhão de moradias às famílias com baixa renda, a CAIXA superou o desafio e reafirmou o seu potencial como agente de transformação para a sociedade.</p> <p>Quando da crise financeira internacional de 2008, a CAIXA atuou de forma efetiva no mercado e ajudou a manter a oferta de crédito às pessoas físicas e jurídicas, contribuindo para manter o ritmo de crescimento da economia nacional. Desde então, acumulou volume de contratações na ordem de R\$ 95 bilhões em empréstimos e financiamentos ao consumo das famílias e cerca de R\$ 115 bilhões em créditos ao setor produtivo, que fomentou a geração de emprego e renda.</p> <p>Uma evolução marcante nos últimos anos foi no financiamento habitacional. A CAIXA manteve seu posto de referência no atendimento e no provimento de soluções para que o brasileiro possa realizar o sonho da casa própria. Desde 2007, foram celebrados mais de 3,4 milhões de contratos no valor de R\$ 145 bilhões, que beneficiaram quase 5 milhões de pessoas e geraram mais de 6 milhões de empregos.</p> <p>Sem abrir mão da busca incessante pela eficiência, a Instituição aumentou em 14,6% o seu volume de receitas, gerando lucro líquido de R\$ 3,8 bilhões no ano de 2010. Esses resultados demonstram a confiança dos nossos clientes e da população brasileira que vêem nesta Instituição secular um alicerce do desenvolvimento sustentável e parte atuante no processo de crescimento econômico e social do País.</p>

2011

- 2011 iniciou com inflação elevada, no entanto, os índices recuaram ao longo do ano e o IPCA finalizou o período no teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, em 6,5%.

- No ano em que completou 150 anos, a Caixa Econômica Federal superou várias marcas. No fechamento de 2011, a Empresa era responsável pela administração de mais de R\$ 1 trilhão de ativos, dos quais mais de R\$ 500 bilhões eram ativos próprios, se consolidando como um dos maiores bancos do Brasil e o maior banco 100% público da América Latina.

Criada para ser o cofre seguro das classes menos favorecidas, a CAIXA continua cumprindo sua missão e, em 2011, foi recorde na Poupança, representando 1/3 do mercado, com mais de R\$ 150 bilhões em depósitos. Também é o banco mais presente no Brasil, alcançando 100% dos municípios, com 44,6 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, parceiros e rede compartilhada, 15 unidades itinerantes e uma agência-barco.

A CAIXA atuou na oferta de crédito com as melhores taxas do mercado e demonstrou que o espírito público e de livre concorrência trazem rentabilidade ao patrimônio investido. Isso se confirma com o lucro líquido de R\$ 5,2 bilhões no ano, 37,7% a mais do que o registrado em 2010, e o retorno sobre o investimento de 29,6%.

Como referência em juros baixos e buscando inovar e diversificar produtos e serviços, a Instituição consegue atender a todas as classes sociais e empresas de diversos portes. As operações de crédito apresentaram saldo de R\$ 249,5 bilhões, crescimento de 42,0% em 12 meses. Somente o crédito habitacional evoluiu 41,1% em 12 meses, somando R\$ 152,9 bilhões, o que representa 73,7% do mercado e demonstra que a Instituição continua tendo a preferência da população na realização do sonho da casa própria.

Além do banco da habitação, a CAIXA já é reconhecida como o banco da micro e pequena empresa, e comemorou a abertura de mais de 1 milhão de contas para estes clientes, que também contam com um portfólio completo de serviços e produtos para investimento no crescimento e manutenção destes empreendimentos. Em 2011, bateu recorde na concessão de crédito às pequenas, médias e grandes empresas, com R\$ 65,7 bilhões contratados.

Como principal agente de políticas públicas do Governo Federal e ampliando as relações com os governos estaduais e municipais, participa como agente financeiro na execução dos principais programas do Governo, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e o Bolsa Família. Este último foi destaque entre os programas sociais, beneficiando 13,3 milhões de famílias no total de R\$ 16,7 bilhões distribuídos, um recorde de pagamentos do Programa.

A CAIXA foi responsável pela distribuição de 157 milhões de benefícios ao trabalhador, notadamente previdência social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, e pelo repasse de R\$ 3,0 bilhões arrecadados pelas loterias.

Participou ativamente na expansão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, lançada pelo Governo Federal em agosto para incentivar a geração de trabalho e renda para empreendedores formais e informais.

2012	<p>- O ano de 2012 foi ímpar para a Caixa Econômica Federal. A conquista de novos clientes, a expansão do crédito e a melhoria de processos resultaram no aumento dos ativos da Instituição e no lucro recorde de R\$ 6,1 bilhões, o que refletiu num retorno sobre o patrimônio líquido médio de 27,2 %.</p> <p>Em um ano marcado pela mudança de patamar dos juros básicos da economia, que chegou a 7,25% a.a, a CAIXA saiu na frente e lançou, em 09 de abril de 2012, o Programa CAIXA Melhor Crédito, assumindo a liderança do processo de redução das taxas adotadas pelos bancos brasileiros, a qual, associada ao aumento dos prazos, melhorou as condições de concessão de crédito.</p> <p>Nesse contexto, a CAIXA baixou juros, reduziu tarifas, ampliou a base de clientes e o número de produtos disponíveis e encontrou no ganho de escala a compensação pelas taxas e tarifas menores.</p> <p>Por outro lado, trabalhou a eficiência corporativa como um valor e buscou ajuda de consultorias externas na revisão de processos, diminuição de gastos e identificação de oportunidades de receitas.</p> <p>Além de ser um banco comercial ágil e eficiente, a CAIXA atua como agente de políticas públicas do Governo Federal, participando como agente financeiro dos principais programas do Governo, como o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.</p> <p>No ano, a Empresa foi responsável por injetar cerca de R\$ 525 bilhões na economia, por meio das contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, dentre outros. Além disso, foram repassados à União, estados e municípios, título de tributos R\$ 5,1 bilhões. Outros R\$ 4,7 bilhões arrecadados pelas loterias foram repassados à sociedade para aplicação em saúde, esportes e segurança.</p> <p>Ao final de 2012, a CAIXA administrava R\$1,3 trilhão de ativos, dos quais R\$ 702,9 bilhões em ativos próprios aumento de 37,8% em 12 meses. No período, as operações de crédito cresceram 41,8% e encerraram o ano com R\$ 353,7 bilhões. Ainda assim foram mantidos os índices de inadimplência nos mesmos níveis de 2011, com valores abaixo dos praticados pelo mercado, reforçando que foi mantido o rigor na concessão de crédito.</p>
2013	<p>- Em 2013 a Caixa era responsável pela administração de mais de R\$ 1,5 trilhão de ativos, dos quais R\$ 858,3 bilhões são ativos próprios, consolidando-se como o quarto maior banco em ativos do país.</p> <p>Durante o ano, a Instituição atuou na oferta de crédito, buscando prospectar novos negócios e oferecer produtos diferenciados aos seus clientes, preocupando-se ainda com a manutenção das melhores taxas do mercado. Com o lucro líquido de R\$ 6,7 bilhões no ano, 19,2% a mais do que o registrado em 2012, e retorno sobre o patrimônio líquido médio de 26,2% a Caixa comprova o êxito dessa estratégia e a rentabilidade sobre o patrimônio investido.</p> <p>A carteira de crédito ampliada atingiu, em 2013, saldo de R\$ 494,2 bilhões, crescimento de 36,8% em 12 meses, com destaque para o crédito habitacional que evoluiu 31,4%, atingindo o saldo de R\$ 270,4 bilhões, o que representa 68,5% do mercado e demonstra que a Instituição continua tendo a preferência da população na compra da casa própria.</p> <p>Além disso, a Instituição alcançou a marca de R\$ 209,6 bilhões de saldo na Poupança, 18,9% maior que no ano de 2012, mantendo com isso 35,1% de participação no mercado. As captações líquidas da poupança atingiram a marca de R\$ 23,0 bilhões, alta de 47,6% na mesma comparação.</p> <p>A Caixa foi responsável ainda pelo pagamento de 181,2 milhões de benefícios sociais, além da distribuição de 169,0 milhões de benefícios ao trabalhador, entre eles Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, e pela arrecadação de R\$ 11,4 bilhões com as loterias, dos quais 5,2 bilhões retornaram à sociedade por meio de repasses e tributos. Também é o banco mais presente no Brasil, alcançando, em dezembro de 2013, praticamente 100% dos municípios brasileiros com 67,5 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes e 1 agência-barco.</p>



2014	<p>- Em 2014, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R\$ 689,6 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.</p> <p>Além disso, a CAIXA é o banco que tem a maior participação na vida dos brasileiros, alcançando, no ano de 2014, 100% dos municípios do País, com 67,7 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes e 2 agências-barco. Tudo isso para gerar conforto e conveniência aos mais de 78,3 milhões de clientes.</p> <p>Na execução dos programas governamentais, durante o ano, foram pagos R\$ 28,0 bilhões em benefícios sociais e R\$ 199,9 bilhões em benefícios aos trabalhadores, evoluções respectivas de 5,6% e 11,2%, em 12 meses. Com o Minha Casa Minha Vida, a CAIXA contribuiu para que mais de 8,3 milhões de pessoas realizassem o sonho da casa própria, desde o início do programa até o final de 2014.</p> <p>Como resultado de sua atuação, em 2014, a CAIXA auferiu lucro líquido de R\$ 7,1 bilhões, 5,5% superior ao registrado em 2013, e alcançou o melhor índice de eficiência operacional dos últimos anos, 55,9%, fruto das ações de aumento da eficiência operacional e do início da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos.</p> <p>A carteira de crédito ampliada atingiu o saldo de R\$ 605,0 bilhões, evolução de 22,4%, em 12 meses, com destaque para o crédito habitacional, 25,7% superior, atingindo o saldo de R\$ 339,8 bilhões, o que representa 67,7% do mercado.</p>					
2015	<p>- Em 2015, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R\$ 732,7 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.</p> <p>Na concessão de crédito habitacional, no financiamento da produção e do consumo e para o desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, a CAIXA reafirma sua vocação de acreditar na capacidade de superação do País, especialmente frente a cenários adversos, o que é percebido pelo aumento de 11,9% no saldo da carteira de crédito que totalizou R\$ 679,5 bilhões em 2015.</p> <p>No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2015, foram contratados pela CAIXA R\$ 39,7 bilhões, totalizando 347,0 mil unidades habitacionais, realizando o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras, ao tempo em que propiciou o aquecimento da economia por meio da construção civil.</p> <p>Em relação à execução dos programas governamentais, no ano, foram pagos R\$ 27,5 bilhões em benefícios sociais e R\$ 208,8 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R\$ 26,4 bilhões em benefícios no período, contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar, devido às condicionalidades do Programa.</p> <p>Na esfera negocial, a CAIXA busca fortalecer constantemente o relacionamento com seus clientes, investindo na melhoria de seus produtos, serviços e canais, visando à excelência em seu atendimento. Atualmente, a CAIXA dispõe de 63,6 mil pontos de atendimento e uma base de clientes com 82,9 milhões de correntistas e poupadores. Em 12 meses foram conquistados cerca de 4,6 milhões de clientes.</p> <p>Em relação ao desempenho econômico financeiro, em 2015, a Instituição obteve lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões, evolução de 0,9% em 12 meses, e totalizou R\$ 1,2 trilhão de ativos próprios, crescimento de 13,0% em relação a 2014.</p>					
<b>Desempenho Econômico / Grandes Números</b>						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro Líquido	R\$ 3,8 bilhões	R\$ 5,2 bilhões	R\$ 6,1 bilhões	R\$ 6,7 bilhões	R\$ 7,1 bilhões	R\$ 7,2 bilhões
Saldo FGTS Administrado	R\$ 260,3 bilhões	R\$ 292,1 bilhões	R\$ 241,8 bilhões	R\$ 365,2 bilhões	R\$ 410,7 bilhões	R\$ 460,7 bilhões
Ativos Totais	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 1,8	R\$ 1,2

	400,6 bilhões	510,2 bilhões	702,9 bilhões	858,3 bilhões	trilhão	trilhão
Carteira de Crédito	R\$ 175,8 bilhões	R\$ 249,5 bilhões	R\$ 353,7 bilhões	R\$ 494,2 bilhões	R\$ 605,0 bilhões	R\$ 679,5 bilhões
Desempenho dos Papéis						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor de Mercado (carteira teórica IBOVESPA)	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

FONTE: Caixa Econômica Federal<sup>a</sup> (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

A segunda instituição financeira com seu capital administrado pelo governo federal, presente neste estudo, denota em seus relatórios de administração incremento em seus resultados, como também já relatado pelas demais instituições financeiras.

#### 4.1.5 Santander

Temos na tabela abaixo, as informações relevantes para o presente trabalho, obtidas em consulta aos relatórios de administração do Santander para o período de 2010 a 2015.

#### QUADRO 5 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO SANTANDER

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO SANTANDER
Itens a serem destacados
Ambiente Macro Econômico / Principais Destaques



2010	<p>- O ano de 2010 foi altamente favorável ao Brasil e evidenciou a mudança de patamar de nosso sistema financeiro. O volume total de crédito, que era de cerca de R\$ 400 bilhões em 2002, alcançou R\$ 1,7 trilhão no final do ano. O crescimento da atividade econômica superou as projeções, e o setor financeiro cumpriu seu papel de dar respaldo e acelerar esse momento especial de desenvolvimento. Com esse dinamismo, o Brasil se apresentou ao mundo como um país diferenciado, de inúmeras oportunidades de negócio e onde vale a pena investir.</p> <p>A economia estável e apoiada em sólidos fundamentos coloca o Brasil em condições de se beneficiar do chamado bônus demográfico, o momento em que a maior parcela da população está economicamente ativa e, portanto, em condições de consumir, construir poupança, gerar riqueza. O desafio agora está em viabilizar os necessários investimentos em infraestrutura, que permitirão a ascensão econômica de milhões de brasileiros nos próximos anos.</p> <p>O Santander encontra-se bem estruturado para atuar nesse cenário. A abertura de capital, no final de 2009, permitiu ao banco estar capitalizado e preparado para fazer frente às novas regulações nacionais e internacionais.</p>
2011	<p>- Nosso país teve muito a celebrar no ano de 2011 nos aspectos econômicos, social, político e ambiental. Mesmo considerando as adversidades de um cenário global menos favorável, conseguimos administrar fatores econômicos e empresariais com prudência, minimizando os efeitos da crescente deterioração do ambiente externo.</p> <p>A redução da taxa de juros, o comportamento do comércio exterior – notadamente em relação à elevação das commodities – e a continuidade da expansão do poder aquisitivo da classe média – com redução da pobreza e fortalecimento do mercado consumidor – representaram importantes variáveis para que o país pudesse registrar crescimento econômico.</p> <p>- No Santander, completamos em 2011 o ciclo de revisão estratégica com objetivos articulados e ajustados para os próximos anos. Esse processo envolveu os principais executivos do banco, acolhendo e estimulando a participação de profissionais de várias áreas. Revisamos também nossa Missão e reforçamos os valores e princípios que nortearão nossas ações no dia a dia. Trata-se de um compromisso do Santander com o modo como vai entregar seus resultados no Brasil – o nosso jeito de ser – e reafirma a nossa busca pela simplicidade, segurança, eficiência e rentabilidade e, não menos importante, por transformar discurso em ação.</p>
2012	<p>- Fatos marcantes impactaram a economia brasileira em 2012, envolvendo toda a atividade empresarial. Notadamente o setor financeiro sentiu os reflexos da redução da taxa de juros, depreciação do real, crescimento modesto do PIB e desaceleração de investimentos. Além desses fatores, o baixo desemprego, o fortalecimento do mercado consumidor, crescimento da renda real e maior abrangência de ofertas de crédito também tiveram impacto relevante.</p> <p>O ambiente externo iniciou o ano com bastante volatilidade, especialmente na zona do euro, somente dando sinais mais positivos para encaminhamento de soluções no final de 2012.</p> <p>- Com efeito, a estratégia desenvolvida a partir da Missão do Banco Santander no Brasil, colocando foco ainda mais acentuado na visão do cliente, foi fundamental para atravessarmos 2012 com claro entendimento de que os ajustes deste ano darão solidez ainda maior a nosso crescimento no futuro. Destaco os avanços significativos nos três eixos que sustentam o desenvolvimento de longo prazo de uma empresa: governança, estratégia e execução.</p>
2013	<p>- O cenário de atividade econômica moderada em 2013, com menor crescimento do crédito e compressão dos spreads, fez com que todos os <i>players</i> do setor financeiro no Brasil tivessem de adaptar sua estratégia, buscando mais eficiência operacional e melhorando a qualidade do seu portfólio de ativos. A continuidade do crescimento da taxa de juros, a depreciação do Real e a potencial alta da inflação contrabalançaram com o baixo desemprego, a estabilidade no mercado consumidor e a melhoria gradual no ambiente externo.</p> <p>- Atento às transformações no ambiente econômico, o Santander Brasil teve um ano-chave em 2013 na busca por dois objetivos: ajustar sua estrutura à nova realidade da Indústria Financeira no País e se tornar cada vez mais um banco focado na satisfação dos clientes.</p>

2014	<p>- O ano de 2014 foi difícil para a economia brasileira, caracterizado por uma combinação de baixo crescimento, depreciação cambial e pressões inflacionárias. Não obstante as incertezas advindas desse cenário, e reafirmando a confiança que temos na economia e nas instituições brasileiras, o ano foi fundamental para a operação do Santander Brasil.</p> <p>- Ao longo de 2014, o Banco realizou avanços estruturais importantes, com destaque para a otimização de capital, as aquisições da GetNet e de 50% da Super Pagamentos, a parceria com o Banco Bonsucesso.</p>					
	2015	<p>- O quadro econômico permaneceu desafiador ao longo de 2015, com uma combinação de atividade em queda e inflação em alta. A economia seguiu em contração, com condições de crédito mais apertadas, queda no emprego e na renda, e certa paralisia nas decisões de investimento. O cenário recessivo foi aprofundado pelo quadro fiscal, que se mostrou uma fonte de incertezas para os investidores locais e estrangeiros. A inflação acelerou por conta, principalmente, do realinhamento de preços regulados, como gasolina e energia elétrica. O efeito da desvalorização cambial também contribuiu para o aumento dos preços, devido sobretudo ao fortalecimento global do dólar, da queda significativa nos preços das commodities exportadas pelo Brasil e das incertezas relacionadas ao ajuste fiscal. Porém, a livre flutuação do câmbio permitiu um rápido e significativo ajuste nas contas externas, com o déficit em transações correntes recuando para US\$ 58,9 bilhões (3,3% do PIB), depois de ter alcançado US\$ 104 bilhões (4,3% do PIB) em 2014, em uma recuperação possibilitada pela melhora expressiva na balança comercial. O recuo no déficit externo permite que o País continue a encontrar financiamento externo suficiente para as suas necessidades, mesmo diante de um contexto internacional mais difícil.</p> <p>- O ano de 2015 nos trouxe melhora na qualidade dos serviços, excelência na gestão de riscos e de custos, grandes operações no Atacado e um desempenho rentável no Varejo, com destaque para áreas como Cartões, Getnet, Consignado e a Financeira. Esses fatores nos permitiram alcançar um crescimento do lucro líquido de mais de 13% em relação ao ano anterior. Somos hoje um banco de negócios, com um viés muito técnico e convicção de entrega.</p>				
<b>Desempenho Econômico / Grandes Números</b>						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro Líquido	R\$ 7,382 bilhões	R\$ 7,755 bilhões	R\$ 6,329 bilhões	R\$ 5,744 bilhões	R\$ 5,850 bilhões	R\$ 6,624 bilhões
Ativos Totais	R\$ 374.663 milhões	R\$ 399.886 milhões	R\$ 447.353 milhões	R\$ 485.866 milhões	R\$ 520.230 milhões	R\$ 605.394 milhões
Carteira de Crédito Ampliada (inclui compra de carteira e outras operações com risco de crédito (debêntures, Fdic, cRi, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior).	R\$ 168.232 milhões	R\$ 208.862 milhões	R\$ 227.392 milhões	R\$ 279.812 milhões	R\$ 310 milhões	R\$ 330 milhões
<b>Desempenho dos Papéis</b>						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015

Valor de Mercado (carteira teórica IBOVESPA) – valor de fechamento	SANB4 PN R\$ 0,19	Prejudicado (*)	Prejudicado (*)	SANB4 PN R\$ 0,14	SANB4 PN R\$ 6,02	SANB4 PN R\$ 7,23
	SANB3 ON R\$ 0,24			SANB3 ON R\$ 0,14	SANB3 ON R\$ 6,70	SANB3 ON R\$ 8,83

FONTE: Santander<sub>b</sub> (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

(\*) Não encontrada pelo autor a informação no relatório de administração para o período de estudo. Não se buscou outra fonte, uma vez que o presente estudo aborda de forma comparativa os dados de relatório de administração e parecer de auditoria disponibilizados pelas instituições financeiras.

A menor instituição em número de ativos contemplada pelo presente estudo, também, assim como as demais, sejam públicas ou privadas, demonstra em seus relatórios, incremento no seu resultado e conseqüente expansão de suas atividades no mercado nacional. Há de se ressaltar uma queda no seu lucro líquido no período de 2010 a 2012, porém com forte retomada a partir deste último ano.

#### 4.1.6 Comentários sobre Relatório de Administração

Quando comparados todos os relatórios de administração, no período de 2010 a 2015, sejam eles de instituições financeiras públicas, privadas e/ou de economia mista, percebe-se que todas as empresas obtiveram nos anos abordados pelo estudo, incremento de seus resultados e aumento de suas atividades, tais fatos ficam evidenciados em seus relatórios de administração quando analisamos a elevação de seus lucros, bem como o incremento de suas atividades, seja por participação em novos mercados, aquisição de novas empresas, incremento de valores por elas administradas.

## 4.2 RELATÓRIO DE AUDITORIA

Abaixo, temos tabelas que sintetizam as principais informações obtidas e classificadas como úteis para a elaboração do presente estudo. As mesmas demonstram de forma resumida os principais aspectos relacionados nos Relatórios de Auditoria no período de 2010 a 2015. A ordem disposta, em todo o estudo, está assim elencada: Banco do Brasil S/A, Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander.

Ressalta-se que todas as informações dispostas abaixo, em sua totalidade, foram integralmente retiradas dos relatórios de auditoria utilizados para elaboração do presente estudo, incluindo ênfases, não retratando em momento algum opinião do autor.

Seguem abaixo, tabelas resumidas de tais informações.

QUADRO 6 - RELATÓRIO DE AUDITORIA BB

RELATÓRIO DE AUDITORIA BB						
	Período de Análise					
Itens a serem destacados	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Qual a empresa contratada?	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG
Houve troca de empresa de auditoria, se comparado ao período anterior? Se positivo, está disposto no relatório? Qual era a empresa?	Não (*)	Não	Não	Não	Não	Não
Qual o parecer?	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Com Ênfase	Sem Ressalva	Sem Ressalva

Há divergência nas informações prestadas no Relatório de Administração? Caso Positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há ênfase, caso positivo, qual?	Não	Não	Não	Sim, informações referentes a ganhos/perdas atuariais de plano de benefícios de empregados. (**)	Não	Não
Há informações relevantes destacadas no relatório, caso positivo qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há comentários a respeito das informações dispostas no relatório de Administração que estão no Relatório de Auditoria? Caso positivo, qual?	Sim, informações quanto a valores que o Banco possui registrado em seu ativo quanto ao fundo de pensão de seus funcionários. Tais valores, porém de estimativas e cálculos atuariais, os quais podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado.	Não	Não	Não	Não	Não

FONTE: Banco do Brasil<sub>c</sub> (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

\* Para o ano de 2010 quanto à informação se houve ou não troca de empresa de auditoria, têm-se a informação de que as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para

fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório de auditoria em 24 de fevereiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria então vigentes permitiam a divisão de responsabilidade com outros auditores independentes. Sendo assim, como as demonstrações contábeis das investidas indiretas: Brasilcap Capitalização S.A., Brasilsaúde Companhia de Seguros, Brasilveículos Companhia de Seguros, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Cielo S.A., Neoenergia S.A. e ItapebiGeração de Energia S.A. (Notas Explicativas nº 3 e nº 14), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessas investidas, está baseada nos relatórios emitidos pelos respectivos auditores independentes. (Banco do Brasil, Relatório de Auditoria Independente, 2010-2015).

(\*\*) Em decorrência da mudança de política contábil de acordo com o item 173 da Deliberação CVM n.º 695/2012, os ganhos/perdas atuariais dos planos de benefícios a empregados não reconhecidos de acordo com opção da regulamentação contábil em vigor até 31 de dezembro de 2012, foram registrados de forma retrospectiva, conforme Deliberação CVM n.º 592/2009. Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados, com os efeitos e nas contas contábeis apresentados nas notas 3 (Informações para efeito de comparabilidade), 4.I e 27.d.6, e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. (Banco Brasil, Relatório de Auditoria Independente, 2010-2015).

QUADRO 2 - RELATÓRIO DE AUDITORIA ITAÚ UNIBANCO

RELATÓRIO DE AUDITORIA ITAÚ						
	Período de Análise					
Itens a serem destacados	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Qual a empresa contratada?	PWC	PWC	PWC	PWC	PWC	PWC
Houve troca de empresa de auditoria, se comparado ao período anterior? Se positivo, está disposto no relatório? Qual era a empresa?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Qual o parecer?	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva
Há divergência nas informações prestadas no Relatório de Administração? Caso Positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há ênfase, caso positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há informações relevantes destacadas no relatório, caso positivo qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há comentários a respeito das informações dispostas no relatório de Administração que estão no Relatório de Auditoria? Caso positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não

FONTE: Itaú-Unibanco<sub>a</sub> (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

QUADRO 8 - RELATÓRIO DE AUDITORIA BRADESCO

RELATÓRIO DE AUDITORIA BRADESCO						
	Período de Análise					
Itens a serem destacados	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Qual a empresa contratada?	PWC	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG
Houve troca de empresa de auditoria, se comparado ao período anterior? Se positivo, está disposto no relatório? Qual era a empresa?	Não	Sim, troca de empresa para a KPMG a partir deste ano.	Não	Não	Não	Não
Qual o parecer?	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Com Ênfase	Sem Ressalva	Sem Ressalva
Há divergência nas informações prestadas no Relatório de Administração? Caso Positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há ênfase, caso positivo, qual?	Não	Não	Não	Sim(*)	Não	Não
Há informações relevantes destacadas no relatório, caso positivo qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há comentários a respeito das informações dispostas no relatório de Administração que estão no Relatório de Auditoria? Caso positivo,	Não	Não	Não	Não	Não	Não



qual?						
-------	--	--	--	--	--	--

FONTE: Bradesco<sub>b</sub> (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

(\*)Conforme descrito na nota explicativa 2.a.iii às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco adotou o IFRS 11 – Negócios em Conjunto, o qual passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013. O Bradesco efetuou a mudança nas políticas contábeis de forma retrospectiva, rerepresentando as informações comparativas das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2012, do exercício findo naquela data e o balanço patrimonial consolidado em 1º de janeiro de 2012. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. (Bradesco, Relatório de Auditoria Independente, 2010-2015).

QUADRO 9 - RELATÓRIO DE AUDITORIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
Itens a serem destacados	Período de Análise					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Qual a empresa contratada?	PWC	PWC	PWC	ERNEST YOUNG	ERNEST YOUNG	ERNEST YOUNG
Houve troca de empresa de auditoria, se comparado ao período anterior? Se positivo, está disposto no relatório? Qual era a empresa?	Não	Não	Não	Sim, as Demonstrações eram auditadas pela PWC.	Não	Não

Qual o parecer?	Com Ressalva (1)	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva	Sem Ressalva
Há divergência nas informações prestadas no Relatório de Administração? Caso Positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há ênfase, caso positivo, qual?	Sim (*)	Sim (**)	Sim (***)	Sim (****)	Sim (*****)	Sim (*****)
Há informações relevantes destacadas no relatório, caso positivo qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há comentários a respeito das informações dispostas no relatório de Administração que estão no Relatório de Auditoria? Caso positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não

FONTE: Caixa Econômica Federal<sub>a</sub> (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo.

(1) Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas Notas 10 e 39 às demonstrações financeiras, a CAIXA, por meio de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR detém investimento no Banco Panamericano S.A avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 781 milhões, e o correspondente resultado de equivalência patrimonial registrado no exercício findo em nessa data é de R\$ 42 milhões. De acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board*(IASB), o investimento no Banco Panamericano S.A deveria ser registrado

considerando (i) os efeitos originados da diferença entre o custo do investimento e a parcela do investidor do valor justo líquido de ativos e passivos identificáveis da investida, (ii) a uniformização das políticas contábeis da investida, e (iii) o teste quanto a redução no valor recuperável do investimento. A CAIXA não possui as informações necessárias para refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos de eventuais ajustes oriundos do investimento no Banco Panamericano S.A. Dessa forma, não foi praticável a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento em 31 de dezembro de 2010 e ao resultado por ele produzido no exercício findo nesta data.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos ainda não determinados relacionados ao assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeiras da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board*(IASB). (Caixa Econômica Federal – Relatório de Auditoria Independente 2010-2015).

#### (\*)Ênfase Créditos com FCVS

Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras, a condução da gestão econômico financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na nota 4.3, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante de R\$23.735 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$8.087 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.447 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante

líquido de R\$ 15.181 milhões segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.(Caixa Econômica Federal – Relatório de Auditoria Independente 2010-2015).

(\*\*) Ênfase – créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7(b), em 31 de dezembro de 2011 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montantelíquido de R\$ 18.223 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 8.163 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.663 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 12.723 milhões, em 31 de dezembro de 2011, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20(a) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2011, a CAIXA possuía R\$ 17.888 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditosde R\$ 4.277 milhões. O valor líquido de R\$ 13.611 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual

estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.(Caixa Econômica Federal – Relatório de Auditoria Independente 2010-2015).

(\*\*\*) Ênfase - créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 5(c), em 31 de dezembro de 2012 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais- FCVS no montante líquido de R\$ 18.712 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 8.237 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venha a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.828 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 13.303 milhões, em 31 de dezembro de 2012, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 14 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2012, a CAIXA possui R\$ 15.979 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R\$ 3.484 milhões. O valor líquido de R\$ 12.495 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função

desse assunto.(Caixa Econômica Federal – Relatório de Auditoria Independente 2010-2015).

(\*\*\*) Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 4(c), que descreve que em 31 de dezembro de 2013 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 20.798 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 7.140 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.188 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 15.404 milhões, em 31 de dezembro de 2013, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 13 às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2013, a CAIXA possui R\$ 16.482 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, registrados com base em estimativa de realização da administração fundamentada em estudo elaborado periodicamente. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar, da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.844 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas

foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.(Caixa Econômica Federal – Relatório de Auditoria Independente 2010-2015)

(\*\*\*\*\*)Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 4(c), às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 25.060 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.328 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.968 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 16.700 milhões, em 31 de dezembro de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 13 às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA possui R\$ 20.696 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, registrados com base em estimativa de realização da administração, fundamentada em estudo elaborado periodicamente. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.847 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. (Caixa Econômica Federal – Relatório de Auditoria Independente 2010-2015)

### (\*\*\*\*\*) Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 4(c), às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 26.070 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.393 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.798 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 17.475 milhões, em 31 de dezembro de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 13 às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA possui R\$ 30.874 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social,



PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.011 milhões. O valor líquido de R\$ 29.863 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada em conjunto Banco PAN S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.061 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e de custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco PAN S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 1(a), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da Caixa na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da Caixa adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis



Há divergência nas informações prestadas no Relatório de Administração ? Caso Positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há ênfase, caso positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há informações relevantes destacadas no relatório, caso positivo qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há comentários a respeito das informações dispostas no relatório de Administração que estão no Relatório de Auditoria? Caso positivo, qual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não

FONTE: Santander, (2010-2015), adaptado pelo autor para este estudo

#### 4.2.1 Comentário sobre Parecer de Auditoria

Quanto aos relatórios de auditoria verificados no período determinado para o estudo (2010-2015) percebe-se que para Itaú Unibanco e Santander, as empresas contratadas para elaborar tal relatório em nada discordaram nem mesmo deram ênfase a algum aspecto e/ou informação repassada ao mercado pelas empresas. Para Banco do Brasil e Bradesco, temos apenas um relatório com ênfase, para ambas no ano de 2013. Já para a Caixa Econômica Federal, temos em todos os relatórios de auditoria, no período de 2010 a 2015, a informação de ênfase, bem como de um parecer com ressalva para o ano de 2010.

## 5. CONCLUSÃO

Resgatando-se o objetivo geral do presente trabalho, foi possível identificar aspectos quanto à evidenciação, de forma comparativa, se há divergência ou não entre os relatórios de administração e parecer de auditoria das cinco maiores instituições financeiras do Brasil no período de 2010 a 2015. O presente estudo, após análise do período, demonstrou não haver divergências relevantes entre as informações divulgadas ao mercado pelas instituições financeiras e validadas pelas empresas de auditoria externa contratadas para tal.

Ao realizar-se uma análise distinta entre as instituições financeiras privadas e públicas quanto aos seus relatórios de auditoria e consequente posicionamento dos auditores independentes quanto à adequação das informações contábeis que embasam as informações financeiras que estão dispostas nos relatórios de administração, evidencia-se que os auditores muito pouco discordam das informações e/ou dados fornecidos pelas entidades privadas.

Quando se analisam os dados das instituições financeiras que possuem o governo federal como acionista majoritário quando não o controlador, percebe-se um elevado grau de pareceres com ressalva e ênfase, em especial quando analisada a CEF. O Banco do Brasil, mesmo tendo como seu maior acionista o governo federal, possui, de forma comparativa, níveis de aceitação semelhantes aos seus principais concorrentes privados.

Limitou-se a presente pesquisa pela mesma ter sido realizada apenas de maneira bibliográfica e *ex-post-facto*, ou seja, com dados passados.

Cria-se a oportunidade de continuidade para o presente estudo, podendo a mesma ser direcionada aos controles internos e/ou auditoria interna, ainda no âmbito interno, é possível um trabalho de campo junto a conselhos de administração e a setores que elaboram os relatórios de administração.

Pode-se também ser levantada a possibilidade de se fazer um trabalho por meio de questionários e ou entrevistas aos auditores internos de uma forma mais abrangente, não apenas baseando-se em relatórios de auditoria já divulgados ao mercado, quanto da abrangência da execução da auditoria externa.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1986.

BACEN, Banco Central do Brasil. 50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional. <https://www3.bcb.gov.br/informes/?wicket:interface=:0:1:::> 19:08hrs, 07/09/2016.

\_\_\_\_\_. Como Funciona o Sistema Financeiro Nacional. <http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Como%20Funciona%20o%20Sistema%20Financeiro%20Nacional%20%5BModo%20de%20Compatibilidade%5D.pdf> 15:30 hrs, 03/10/2016.

BANCO DO BRASIL S.A<sub>a</sub>, **Banco do Brasil - Mais de 200 Anos de História**. <http://www.bb.com.br/portalbb/page22,3669,3669,22,0,1,8.bb?codigoNoticia=29857> 20:12 hrs, 21.03.2017.

BANCO DO BRASIL S.A<sub>b</sub>, **Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2014**. Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2015.

BANCO DO BRASIL S.A<sub>c</sub>, **Relação com Investidores**. <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/relacoes-com-investidores#/> 16:20 hrs, 20.05.2017.

BASSO, I. P. **Iniciação à Auditoria**. 3. ed. Editora Unijuí, 2005.

BEUREN, I. M.; LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B.; PORTON, R. A. B. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade - teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRADERSCO<sub>a</sub>, **Nossa História**. <https://banco.bradesco/html/classic/sobre/nossa-historia.shtm> 10:27hrs, 18/02.2017.

BRADERSCO<sub>b</sub>, **Relação com Investidores**. <http://www.bradesco.com.br/abertura.html> 16:30hrs, 20.05.2017

BRADERSCO<sub>c</sub>, **Sobre o Bradesco**. <https://banco.bradesco/html/classic/sobre/index.shtm> 10:26hrs, 18.02.2017.

BRASIL- Art. 192 da Constituição Federal. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#art192](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art192) 15:35 hrs, 03/10/2016.

\_\_\_\_\_ - Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) 18:45 hrs, 07/09/2016.

\_\_\_\_\_ – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Breves considerações acerca da auditoria interna e externa. <http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=8435> 19:33 hrs, 13/11/2016.

\_\_\_\_\_ - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. 2016/NBCTA200(R1).Altera a NBC TA 200 que dispõe sobre os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. [http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA200(R1)) 18:49 hrs, 18/10/2016.

\_\_\_\_\_ - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. 2016/NBCTA300(R1).Altera a NBC TA 300 que dispõe sobre o planejamento da auditoria de demonstrações contábeis.[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA300\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA300(R1)). 19:54 hrs, 17/10/2016.

\_\_\_\_\_ - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. 2016/NBCTA330(R1).Altera a NBC TA 330 que dispõe sobre a resposta do auditor aos riscos avaliados. [http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA330\(R1\)&arquivo=NBCTA330\(R1\).doc](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA330(R1)&arquivo=NBCTA330(R1).doc) 17:32 hrs, 23/10/2016.

\_\_\_\_\_ - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. 2016/NBCTA700.Dá nova redação à NBC TA 700 que dispõe sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. [http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA700&arquivo=NBCTA700.doc](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA700&arquivo=NBCTA700.doc) 17:13 hrs, 29/10/2016.

\_\_\_\_\_ - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. 2016/NBCTA705.Dá nova redação à NBC TA 705 que dispõe sobre modificações na opinião do auditor independente.[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA705&arquivo=NBCTA705.doc](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA705&arquivo=NBCTA705.doc)19:29hrs, 29/10/2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL<sub>a</sub>. **Balancos e Demonstrativos.** <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/Paginas/balancos-e-demonst.aspx> 16:35hrs, 20.05.2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL<sub>b</sub>. **Sobre a Caixa.**<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx> 10:49hrs, 18/02.2017.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRENDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

ITAÚ UNIBANCO<sub>a</sub>. **Relação com Investidores**. <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores> 16:37hrs, 20.05.2017

ITAÚ UNIBANCO<sub>b</sub>. Sobre o Itaú, Memória. **Umbanco com nove décadas de muita história**. 02/12/2016. <https://www.itaubank.com.br/sobre/memoria/um-banco-com-nove-decadas-de-muita-historia.html> 10:13hrs, 18/02.2017.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

\_\_\_\_\_. **Metodologia de Trabalho Científico**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, B. S.; ALENCAR, L. S. **Concentração Bancária, Lucratividade e Risco Sistêmico: uma abordagem de contágio indireto. Trabalhos para Discussão nº 190**. Brasília, 2009.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Auditoria de Demonstrações Contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LOPES DE SÁ, A. **Curso de auditoria**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTANDER<sub>a</sub>. O Santander. <https://www.santander.com.br/br/o-santander>. 10:56hrs, 18/02/2017.

SANTANDER<sub>b</sub>, **Relação com Investidores**. <https://www.santander.com.br/br/o-santander/santander-e-voce/relacao-com-investidores> 16:40hrs, 20.05.2017.

SANTANDER<sub>c</sub>, Santander no Brasil. <https://www.santander.com.br/portal/wps/script/templates/GCMRequest.do?page=6413&entryID=7826>. 10:57 hrs, 18/02/2017.



SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da USFC, 2001.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, C. A. T.; RODRIGUES, F. F.; ABREU, R. L. **Análise dos Relatórios de Administração das Companhias Abertas Brasileiras: um Estudo do Exercício Social de 2002**, Rev. adm. contemp. vol.11 no.2 Curitiba Apr./June 2007.

VIEIRA, J. A. G.; PEREIRA, H. F. S.; PEREIRA, W. N. A. **Histórico do Sistema Financeiro Nacional**. REVISTA CIENTÍFICA DA FAEX Edição 02 – Ano 1 – 2012. Faculdade de Extrema MG.